



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO
(Departamento Técnico e de Produção do Exército / 1946)
DEPARTAMENTO REAL CORPO DE ENGENHEIROS**

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2013 – DEC/SRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 151/2013

1. PREÂMBULO

A União, por intermédio do DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, Organização Militar (OM) do Exército Brasileiro, registrada no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF), sob o Nº **07.521315/0001-23**, por meio de seu pregoeiro, designado pelo BI Nº 85, de 08 de Maio de 2013, e por meio da Seção de Aquisições, Licitações e Contratos (SALC), torna público para conhecimento dos **interessados** que na data, horário e local indicado, fará realizar licitação na modalidade **Pregão Eletrônico para Registro de Preços, do tipo menor preço por item, para a aquisição de até 204 (duzentos e quatro) Torres de Iluminação Rebocáveis**, conforme as condições estabelecidas neste edital e seus anexos. O procedimento licitatório observará integralmente as disposições da **Lei nº 10.520/02**, do **Decreto nº 5.450/05**, da **Lei Complementar nº 123/06**, do **Decreto nº 6.204/07**, **Decreto 7.892/13**, e, subsidiariamente, da **Lei nº 8.666/93**.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

DIA: 28/05/2014

HORÁRIO: 10:00h (horário de Brasília/DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasnet.gov.br

2. DO OBJETO

2.1. O presente Procedimento Licitatório tem como objeto o registro de preços, com validade de 12 (doze) meses, para eventual aquisição de até 204 (duzentos e quatro) Torres de Iluminação Rebocáveis em proveito do Exército Brasileiro, relativas ao Projeto PAC Ambiental (Operação Hiléia Pátria), ao Projeto SISFRON, ao Projeto PROTEGER, ao Projeto RECOP e às aquisições referentes à Ação 2911, descritos, quantificados e especificados, respectivamente, neste Edital e no Termo de Referência, **Anexo A**:

Nr ord	Descrição simplificada do objeto	Un	Qnt
01	Torre de Iluminação Rebocável com motor diesel e com potência na faixa de 6,0 Kva a 12,0 Kva em regime contínuo.	Un	204

2.2. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no Comprasnet e as especificações técnicas constantes no Termo de Referência – **Anexo A**, o licitante deverá obedecer a este último.

3. DA DESPESA

Por tratar-se de Sistema de Registro de preços, não será necessária a indicação de estimativa orçamentária com a aquisição do objeto, conforme prescreve §2º do art. 7º do Decreto 7.892/2013.

4. DOS ÓRGÃOS GERENCIADOR E DOS PARTICIPANTES

O órgão gerenciador será o **Departamento de Engenharia e Construção**. São participantes os seguintes órgãos:

- a) 4º Batalhão de Engenharia de Combate – UASG: 160113;
- b) 6º Batalhão de Engenharia de Combate – UASG: 160402;
- c) 3ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada/RS – UASG: 160526;
- d) 1º Batalhão de Engenharia de Combate/RJ– UASG: 160252; e
- e) 5º Batalhão de Engenharia de Combate – UASG: 160448.

4.1. A ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, na medida do possível, as condições e as regras estabelecidas no Decreto nº 7.892/13, e na Lei nº 8.666/93.

4.2. Os órgãos e entidades que não tenham participado do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

4.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.5. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

4.6. Ao órgão não participante que aderir à presente ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4.8. Conforme previsto no art.22, §5º do Decreto 7.892/2013, o órgão gerenciador somente autorizará adesão à ata após a primeira aquisição por órgão integrante da ata.

4.9. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição solicitada em até 90 (noventa) dias, devendo observar o prazo de vigência da ata.

5. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

5.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, por meio do sítio www.comprasnet.gov.br.

5.2. Como requisito para participação neste Pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições previstas neste edital e seus anexos e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos na Seção “DA HABILITAÇÃO”.

5.3. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

5.4. Não poderão participar deste Pregão:

5.4.1. Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão.

5.4.2. Excepciona-se o disposto acima, nos casos em que tais sociedades apresentem autorização específica dos sócios para contratar com a Administração objeto diverso do previsto no contrato social ou estatuto;

5.4.3. A autorização deverá observar as regras de convocação e de quórum para instauração e deliberação previstas em lei para cada tipo de sociedade.

5.4.4. Para fins de comprovação, o licitante deverá apresentar a ata da assembleia ou o documento equivalente.

5.4.5. Empresas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no país;

5.4.6. Empresas impedidas de licitar ou contratar com a União (art. 7º da Lei nº 10.520/02 e art. 28 do Decreto nº 5.450/05) ou suspensas temporariamente de participar de licitação ou impedidas de contratar com a Administração Pública (Art. 87, III, da Lei nº 8.666/93);

5.4.7. Empresas proibidas de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 72, § 8º, V da Lei nº 9.605/98;

5.4.8. Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

5.4.9. Empresas em processo falimentar, em processo concordatário, em recuperação judicial ou extrajudicial;

5.4.10. Empresas de que sejam proprietários, controladores ou diretores Deputados ou Senadores (cfr. art. 54, II da Constituição);

5.4.11. Empresas proibidas de contratar com o Poder Público nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa).

5.4.12. Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93;

5.5. Só participarão da reabertura da sessão pública, prevista na Seção “DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA”, os licitantes que informarem seus endereços eletrônicos em campo próprio disponibilizado pelo sistema, após a fase de aceitação, caracterizando renúncia a esta possibilidade a ausência de manifestação neste momento.

5.6. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.

6. DO TRATAMENTO DAS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADOS.

6.1. No caso de participação de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparados, será observado o disposto na Lei Complementar nº 123/06, notadamente os seus arts. 42 a 49.

6.2. O enquadramento como microempresa - ME ou empresa de pequeno porte - EPP dar-se-á nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123/06.

6.3. No caso de participação de sociedade cooperativa com receita bruta igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00, em conformidade com as disposições do art. 34 da Lei nº 11.488/07 e do art. 3º, § 4º, VI da Lei Complementar nº 123/06, a sociedade cooperativa receberá o mesmo tratamento concedido pela Lei Complementar nº 123/06 às ME/EPP.

6.4. A pessoa física ou o empresário individual enquadrados nos limites definidos pelo art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 receberá o mesmo tratamento concedido pela Lei Complementar nº 123/06, às ME/EPP.

6.5. A fruição dos benefícios licitatórios determinados pela Lei Complementar nº 123/06 independe da habilitação da ME/EPP ou equiparado para a obtenção do regime tributário simplificado.

6.6. O licitante que se enquadrar nas situações previstas no art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 e não possuir quaisquer dos impedimentos do § 4º do artigo citado deverá apresentar declaração em campo próprio do sistema que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparado, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da referida Lei Complementar (Art. 11 do Decreto nº 6.204/07).

6.7. Caso inexistente campo próprio no sistema eletrônico, a declaração deverá ser enviada ao pregoeiro até a data e horário marcados para abertura da sessão.

6.8. A não apresentação da declaração de ME/EPP e equiparado importará na renúncia ao tratamento consagrado na Lei Complementar nº 123/06.

6.9. A identificação das ME/EPP ou equiparados na sessão pública do pregão eletrônico só deverá ocorrer após o encerramento dos lances, de modo a impedir a possibilidade de conluio ou fraude no procedimento.

7. DA HABILITAÇÃO

7.1. Para habilitação na licitação, exigir-se-á dos interessados documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Qualificação econômico-financeira, à Regularidade fiscal e trabalhista, à Qualificação técnica e, Documentação complementar.

7.2. Documentos relativos à habilitação jurídica:

7.2.1. Cédula de identidade, no caso de licitante pessoa física;

7.2.2. Registro comercial, no caso de empresa individual;

7.2.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

7.2.4. Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.2.5. Em caso de cooperativas:

- a) Inscrição do ato constitutivo, acompanhada de prova dos responsáveis legais;
- b) Registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, caso exista;
- c) Ata de Fundação;
- d) Estatuto Social com a ata da assembleia que o aprovou;
- e) Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia que os aprovou;
- f) Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e
- g) Ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação (art. 19, § 3º da IN SLTI/MPOG Nº 02/08).

7.3. Documentos relativos à qualificação econômico-financeira:

7.3.1. Certidão negativa de falência, insolvência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor judicial da sede do licitante pessoa jurídica ou empresário individual;

7.3.2. Certidões negativas de execução patrimoniais expedidas pelos distribuidores das justiças estadual e federal do domicílio do licitante pessoa física;

7.3.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;

7.3.3.1. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

7.3.4. A comprovação exigida no item anterior deverá ser feita da seguinte forma:

7.3.4.1. No caso de sociedades anônimas, cópia autenticada do balanço patrimonial e demonstrações contábeis, publicados no Diário Oficial do Estado/ Distrito Federal ou, se houver, do Município da sede da empresa;

7.3.4.2. No caso de empresas de responsabilidade limitada, cópia autenticada das páginas do Livro Diário, contendo Termo de Abertura, Balanço Patrimonial, Demonstrações Contábeis e Termo de Encerramento,

com o respectivo registro na Junta Comercial e, no caso de sociedades simples (cooperativas), no cartório competente.

7.3.5. O licitante deverá apresentar os seguintes índices contábeis, extraídos do último balanço patrimonial ou do balanço patrimonial referente ao período de existência da sociedade, atestando a boa situação financeira:

LG= Liquidez Geral – superior a 1

SG= Solvência Geral – superior a 1

LC= Liquidez Corrente – superior a 1

Sendo,

$LG = (AC + RLP) / (PC + PNC)$

$SG = AT / (PC + PNC)$

$LC = AC / PC$

Onde:

AC= Ativo Circulante

RLP= Realizável a Longo Prazo

PC= Passivo Circulante

PNC= Passivo não Circulante

AT= Ativo Total

7.3.6. A empresa que apresentar resultado igual ou menor do que 01 (um) em quaisquer dos índices acima referidos deverá comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor cumulativo de todos os contratos a serem celebrados pelo licitante, como dado objetivo de qualificação econômico-financeira.

7.3.7. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

7.4. Documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista:

7.4.1. Prova de inscrição do licitante no Cadastro Nacional de pessoa jurídica (CNPJ);

7.4.2. Prova de inscrição do licitante no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

7.4.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.4.4. Prova de regularidade perante:

a) a Fazenda Federal, por meio de certidão conjunta emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, quanto aos demais tributos federais e à dívida ativa da União, por elas administrados; e

b) as Fazendas Estadual e Municipal, ambas do domicílio ou sede do licitante.

7.4.5. Certidão específica, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, quanto às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212/91, às contribuições instituídas a título de substituição e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive inscritas em dívida ativa do Instituto Nacional do Seguro Social e da União, por ela administradas;

7.4.6. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) por meio de apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal.

7.4.7. Caso a licitante pessoa física não seja empregador, deverá em substituição ao CRF, declarar tal fato.

7.4.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas.

7.4.9. Quando o contrato for executado por filial da empresa, o licitante deverá comprovar a regularidade fiscal e trabalhista da matriz e da filial.

7.4.10. As certidões de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista dos licitantes deverão ser apresentadas dentro do prazo de validade estabelecido em lei ou pelo órgão expedidor, ou, na hipótese de ausência de prazo estabelecido, deverão estar datadas dos últimos 180 dias contados da data da abertura da sessão pública.

7.4.11. As ME/EPP e seus equiparados deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43 da LC nº 123/06) e, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (art. 43, §1º, da LC nº 123/06);

7.4.12. A declaração do vencedor do certame acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal (art. 4º, § 2º, do Decreto 6.204/07);

7.4.13. A não regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à

Administração convocar os licitantes remanescentes, nos termos da Seção “DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA”, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.5. Documentos relativos à qualificação técnica:

7.5.1. Comprovação de aptidão para fornecimento de bens em características, quantidades e prazos similares ao objeto deste Pregão, que se fará através de apresentação de atestado em nome do licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, conforme modelo no ANEXO F.

7.6. Documentação complementar:

7.6.1. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico:

- a) que cumpre todos os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste Edital;
- b) que não utiliza mão de obra direta ou indireta de menores, conforme Lei nº 9.854/99;
- c) que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02/09;
- d) o enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparado, nos termos da Lei Complementar nº 123/06.

7.6.2. A pessoa que assinar os documentos exigidos na documentação complementar prevista neste item deverá comprovar que detém poderes para agir em nome do licitante.

7.6.3. Ao licitante regularmente inscrito no SICAF será dispensada a apresentação dos documentos de habilitação referentes aos níveis de cadastro em que tenha obtido o registro regular.

7.6.4. Não serão aceitos documentos rasurados ou ilegíveis.

7.6.5. Para fins de habilitação, serão aceitas certidões expedidas pelos órgãos da administração fiscal, tributária e trabalhista emitidas pela internet, nos termos do art. 35 da Lei nº 10.522/02.

7.6.6. Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados:

7.6.6.1. Na forma prevista em lei, e quando não houver regulamentação específica, deverão sempre ser apresentados em nome do licitante e com o número do CNPJ ou CPF, se pessoa física;

7.6.6.2. Em nome da matriz, se o licitante for a matriz;

7.6.6.3. Em nome da filial, se o licitante for a filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

7.6.6.4. Em original, em publicação da imprensa oficial ou em cópia autenticada por cartório ou por servidor qualificado do **Departamento de Engenharia e Construção**.

7.6.6.5. No prazo e local previstos no Edital;

7.6.7. Somente constatado o atendimento de todas as exigências previstas neste Edital, o licitante será declarado habilitado.

8. DO CREDENCIAMENTO

8.1. O licitante deverá estar previamente credenciado no sistema “Pregão Eletrônico”, no sítio www.comprasnet.gov.br.

8.2. O credenciamento far-se-á mediante a atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, obtidas junto ao provedor do sistema, onde também deverá informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

8.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica.

8.4. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de responsabilidade exclusiva do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Departamento de Engenharia e Construção responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

8.5. A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando cancelada por solicitação do credenciado ou em virtude de descredenciamento no SICAF.

8.6. A perda ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

9. DA IMPUGNAÇÃO E PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS SOBRE O EDITAL

9.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar, por meio do sistema, o ato convocatório do pregão.

9.2. Caberá ao pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

9.3. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.

9.4. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no edital.

9.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

9.6. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo pregoeiro serão autuados no processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

10. DA PROPOSTA

10.1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e hora marcadas para abertura da sessão, quando então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

10.2. O licitante deverá, na forma expressa no sistema eletrônico, apresentar a proposta de preços de forma detalhada, descrevendo o produto ofertado, indicando a marca, modelo, quantidade, prazos de validade, de garantia e de entrega, no que for aplicável, bem como os valores unitários e o total, sob pena de desclassificação de sua proposta.

10.3. Nos preços ofertados já deverão estar inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e as despesas decorrentes da execução do objeto. O Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ – e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL -, que não podem ser repassados à Administração, não serão incluídos na proposta apresentada.

10.4. As propostas terão validade de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

10.4.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

10.5. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importa a desclassificação da proposta.

10.6. Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

10.7. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

11. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, [no sítio www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

11.2. A comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Quando o licitante detentor do lance mais vantajoso for inabilitado, tiver sua amostra rejeitada, não assinar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente, ou, ainda, quando houver erro na aceitação do preço; e

12.1.2. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.3. O licitante subsequente, sendo respeitada a ordem de classificação, e observadas as regras de desempate da Seção “DAS REGRAS GERAIS DE DESEMPATE”, será convocado tendo por base o próprio preço que ofereceu na sessão de lances;

12.4. O direito de preferência previsto na Seção “DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DAS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADOS” deverá ser recalculado levando-se em consideração o lance apresentado pelo licitante subsequente;

12.5. Existindo ME/EPP ou equiparado dentro do novo critério de preferência, prosseguir-se-á, normalmente, nos termos da Seção “DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DAS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADOS”;

12.6. Finalizado o procedimento previsto na Seção “DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DAS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADOS”, ou inexistindo direito de preferência de ME/EPP ou equiparado, será realizada a negociação prevista na Seção “DA NEGOCIAÇÃO”;

12.7. Declarado o vencedor, o procedimento deverá ser registrado em ata e abrir-se-á novo prazo recursal, nos termos da Seção “DOS RECURSOS”, prosseguindo-se, normalmente, com as demais fases previstas neste Edital.

12.8. A convocação poderá ser por meio do “chat”, e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.9. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo da responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

13.1. Aberta a sessão, o pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

13.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

13.4. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

14. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

14.1. Aberta a etapa competitiva, os licitantes com propostas classificadas poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do recebimento e respectivo horário de registro e valor.

14.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.

14.3. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.

14.4. Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do ofertante.

14.5. Os lances apresentados serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

14.6. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

14.7. O pregoeiro poderá suspender a sessão de lances caso seja imprescindível a realização de eventual diligência.

14.7.1. Realizada a diligência, o pregoeiro notificará os licitantes sobre a data, horário e local onde será dado prosseguimento à sessão pública.

15. DA DESCONEXÃO DO PREGOEIRO

15.1 Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

15.2. No caso da desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio www.comprasnet.gov.br.

16. DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DAS ME/EPP E EQUIPARADOS

16.1. Todos os licitantes deverão permanecer conectados até que o Pregoeiro possa verificar a ocorrência de um possível empate, pois, caso aconteça, serão tomadas as seguintes providências:

16.1.1. A ME/EPP ou equiparado considerado empatado e mais bem classificado deverá ser convocado, após o término dos lances, para apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame em até 05 (cinco) minutos da convocação, sob pena de preclusão (Art. 45, inciso I c/c § 3º, da LC nº 123/06);

16.1.2. A ME/EPP ou equiparado acima indicado que efetivamente apresente nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, desde que em tempo hábil, e atenda as demais exigências previstas neste Edital, terá adjudicado em seu favor o objeto licitado (Art. 45, I, da LC nº 123/06);

16.1.3. Não ocorrendo contratação de ME/EPP ou equiparado na forma do subitem anterior, serão convocadas as ME/EPP e equiparados remanescentes considerados empatados na ordem classificatória para o exercício do direito de ofertar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame (Art. 45, II, da LC nº 123/06).

16.2. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas ME/EPP e equiparados sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao lance mais vantajoso (Art. 44, §§ 1º e 2º, da LC nº 123/06).

16.2.1. O critério de empate (5%) deverá ser aferido segundo o preço obtido antes da negociação prevista na Seção “DA NEGOCIAÇÃO”.

16.3. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro. No caso de não haver lances e verificada equivalência dos valores constantes das propostas de ME/EPP e equiparados que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio para que se identifique a primeira que poderá apresentar melhor oferta.

16.4. Somente se a contratação de ME/EPP ou equiparado que esteja dentro do critério de empate falhar é que o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora, atendidas as demais disposições deste Edital (§ 1º do art. 45 da LC nº 123/06).

16.5. O disposto nesta Seção somente será aplicável quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por ME/EPP ou equiparado (Art. 45, § 3º, da LC nº 123/06).

17. DAS REGRAS GERAIS DE DESEMPATE

17.1. Se depois de realizado o procedimento previsto na Seção “DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DAS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADOS”, restarem duas ou mais propostas em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência:

17.1.1. Sucessivamente, aos bens:

17.1.1.1. Produzidos no País;

17.1.1.2. Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

17.1.1.3. Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

17.2. Ao licitante pessoa física, que tenha exercido o múnus público de jurado, na condição do art. 439 do Código de Processo Penal.

17.3. Na ausência das hipóteses de preferência acima enumeradas ou no caso de concurso entre as hipóteses previstas no item **17.1.1**, a classificação far-se-á, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

18. DA NEGOCIAÇÃO

18.1. Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste Edital.

18.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

19. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

19.1. Encerrada a etapa de lances e depois de concluída a negociação e verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto às especificações do produto e compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação.

19.1.1. O critério de julgamento será do tipo menor preço por item.

19.2. Será desclassificada a proposta final que:

19.2.1. Contenha vícios ou ilegalidades;

19.2.2. Não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Edital ou Termo de Referência;

19.2.3. Apresentar preços finais superiores ao valor máximo estabelecido neste Edital;

19.2.4. Apresentar preços que sejam manifestamente inexequíveis;

19.2.4.1. Consideram-se preços manifestamente inexequíveis aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.

19.2.4.2. Não se considera inexequível a proposta quando se referir a bens e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.

19.3. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do **Departamento de Engenharia e Construção** para orientar sua decisão. Caso o Órgão não possua, no seu quadro de pessoal, profissionais habilitados para emitirem parecer técnico, poderá ser formulado por pessoa física ou jurídica qualificada.

19.4. Se a proposta não for aceitável, o Pregoeiro examinará a subsequente, e assim prosseguindo até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

19.5. No julgamento das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos os licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação (art. 26, § 3º, do Decreto nº 5.450/05).

19.6 Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

19.6.1. A apresentação de novas propostas nesta fase do certame não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

20. DA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

20.1. Havendo aceitação da proposta classificada em primeiro lugar quanto às especificações do produto e compatibilidade do preço, o pregoeiro verificará como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a)** SICAF;
- b)** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c)** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo
- d)** Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

20.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de eventual matriz ou filial (cfr. Acórdão TCU nº 1.793/11) e de seu sócio majoritário (cfr. art. 12 da Lei nº 8.429/92, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário).

20.1.3. Constatada a existência de vedação à participação no certame, o pregoeiro reputará o licitante inabilitado.

20.2. Ainda como condição prévia à habilitação, para os itens ou grupos de participação exclusiva para ME/EPP ou equiparados, ou na hipótese de exercício da prerrogativa de efetuar o lance de desempate previsto pela Lei Complementar nº 123/2006, o Pregoeiro poderá consultar o Portal da Transparência do Governo Federal (www.portaldatransparencia.gov.br), na seção “Despesas – Gastos Diretos do Governo – Favorecido (pessoas físicas, empresas e outros)”, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias recebidas pelo licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar no exercício anterior ou corrente extrapola o faturamento máximo permitido como condição para esse benefício.

20.2.1. Constatada a ocorrência de qualquer das situações de extrapolamento do limite legal, o Pregoeiro indeferirá a aplicação do tratamento diferenciado em favor do licitante, conforme artigo 3º, §§ 9º, 9º-A, 10 e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006, com a consequente inabilitação, sem prejuízo das penalidades incidentes.

20.3. Não ocorrendo inabilitação de que tratam os itens anteriores, o pregoeiro solicitará do respectivo licitante o encaminhamento dos documentos de habilitação que não tiverem sido previamente encaminhados por meio do sistema eletrônico.

20.4. No julgamento da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação (art. 26, § 3º, do Decreto nº 5.450/05).

20.5. Se o licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro procederá na forma prevista na Seção “DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA”.

20.6. Quando todos os licitantes forem inabilitados, o pregoeiro poderá fixar-lhes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novos documentos, escoimados das causas referidas no ato de inabilitação.

21. DO ENCAMINHAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO

21.1. A proposta vencedora na fase de lance e/ou negociação e os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF, inclusive quando houver necessidade do envio de anexos, deverão ser apresentados pelos licitantes de duas formas:

- a) as cópias por meio de remessa para o e-mail **cpl@dec.eb.mil.br** ou ainda por meio de remessa para o fac-símile (fax) número (61) 3415-5091, **no prazo de até 2 (duas) horas**, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico;
- b) os originais ou cópias autenticadas por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferido(s) com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, remetidas ou entregues pessoalmente ao Pregoeiro no Departamento de Engenharia e Construção, Bloco B, 3º Piso do Quartel General do Exército, situado à Avenida Duque de Caxias, s/n, no Setor Militar Urbano, Brasília/DF, **no prazo de até 72 (setenta e duas) horas**, depois de encerrado o prazo para o encaminhamento e-mail via ou fac-símile (fax).

21.3. Caso existam documentos de procedência estrangeira, estes deverão também ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado e devidamente consularizados.

22. DOS RECURSOS

22.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, concederá o prazo mínimo de 30 (trinta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

22.2. Durante o prazo para manifestação da intenção de recorrer, os licitantes interessados poderão solicitar ao Pregoeiro o envio, por meio eletrônico, dos documentos de habilitação apresentados pelo licitante declarado vencedor do certame ou de qualquer outro documento dos autos.

22.3. As razões do recurso deverão ser registradas em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contra razões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

22.4. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão pública deste Pregão, implica decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

22.5. Durante o prazo de apresentação do recurso, será garantido o acesso do licitante aos autos do processo licitatório ou a qualquer outra informação necessária à instrução do recurso.

22.5.1. Caso os autos do processo não estejam disponíveis para vista dos licitantes interessados, o prazo para recurso será suspenso.

22.6. Manifestado o interesse de recorrer, o pregoeiro poderá:

22.6.1. Negar admissibilidade ao recurso, quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido;

22.6.2. Motivadamente, reconsiderar a decisão;

22.6.3. Manter a decisão, encaminhando o recurso para autoridade julgadora.

22.7. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

23. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

23.1. Não havendo recurso, o pregoeiro adjudicará o objeto ao licitante vencedor e encaminhará o procedimento à autoridade superior para homologação.

23.2. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório e adjudicará o objeto ao licitante vencedor.

23.2.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

24. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

24.1 Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para, no prazo de até 7 (sete) dias úteis, contados da data da convocação, procederem à assinatura da Ata de Registro de Preços, a qual, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

24.1.1. O prazo previsto poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pelo licitante convocado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo órgão gerenciador.

24.1.2. A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata dentro do prazo estabelecido pela Administração ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas em lei ou no presente instrumento convocatório.

24.1.3. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

24.1.4. Desde que atendidos os pressupostos dos artigos 11 e 26 do Decreto nº 7.892/13, serão registrados em ata os preços e quantitativos dos licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais ao do licitante mais bem classificado; segundo a ordem de classificação baseada na última proposta apresentada durante a fase competitiva, que deverá ser observada para fins de eventual contratação.

24.2. No momento da assinatura da Ata a Administração verificará se os licitantes mantêm as mesmas condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas durante toda a vigência da ata.

24.3. Constatada a irregularidade no SICAF, quando o licitante vencedor recusar-se a assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, ou em qualquer outra hipótese de cancelamento do registro prevista nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/13, o Departamento de Engenharia e Construção poderá convocar o licitante subsequente na ordem de classificação para assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente.

25. DA VIGÊNCIA DA ATA

A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

26. DA ALTERAÇÃO E DO CANCELAMENTO DA ATA

26.1. A alteração da Ata de Registro de Preços e o cancelamento do registro do fornecedor obedecerão à disciplina do Decreto nº 7.892/13, conforme previsto na Ata de Registro de Preços anexa ao Edital.

26.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo da possibilidade de alterações dos contratos eventualmente firmados.

27. DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES

27.1. A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de:

- a) instrumento contratual;
- b) nota de empenho de despesa;
- c) autorização de compra; conforme disposto no artigo 62 da Lei nº 8.666/93, e obedecidos os requisitos pertinentes do Decreto nº 7.892/13.

27.2. O órgão convocará o fornecedor com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente; e / ou, assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

27.2.1. Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

27.3. Previamente à formalização de cada contratação, o Departamento de Engenharia e Construção realizará consulta ao SICAF para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação.

27.3.1. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que o Contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á somente após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

27.4. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto do contrato.

27.5. A Contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

27.6. Durante a vigência do contrato, a Contratante exercerá fiscalização por intermédio de um representante, que registrará em relatório todas as ocorrências relacionadas a entrega do objeto previsto (inclusive as possíveis deficiências quantitativas, qualitativas e documentais) e, dirimirá as dúvidas que surgirem, de tudo, dando ciência à Administração.

28. DA GARANTIA DO CONTRATO

28.1. No prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, o licitante vencedor deverá prestar garantia correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor da contratação, em conformidade com o disposto no art. 56 da Lei 8.666/93.

28.2. Em caso de acréscimo ou supressão no valor do contrato, a garantia deve ser acrescida ou suprimida em igual proporção.

28.3. A garantia prestada será restituída (e/ou liberada) após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o §4º do art. 56 da Lei 8.666/93.

28.4. A não prestação de garantia no prazo determinado sujeitará o contratado às penalidades legalmente estabelecidas, sem prejuízo da rescisão do contrato.

28.4.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,02% (zero vírgula zero dois por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

28.4.2. A garantia assegurará qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

28.4.2.1. Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

28.4.2.2. Prejuízos causados à Contratante ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

28.4.2.3. As multas moratórias e punitivas aplicadas pela Contratante à Contratada;

28.5. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, com correção monetária e em conta remunerada da Caixa Econômica Federal.

28.5.1. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

28.5.2 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

28.6. A Contratante não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

28.6.1. Caso fortuito ou força maior;

28.6.2. Alteração, sem prévia anuência da seguradora, das obrigações contratuais;

28.6.3. Descumprimento das obrigações pela Contratada decorrentes de atos ou fatos praticados pela Contratante;

28.7.4. Atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Contratante.

28.8. Cabe à própria Contratante apurar a isenção da responsabilidade prevista nas alíneas acima, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pela Contratante.

28.9. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas neste item.

28.10. Será considerada extinta a garantia:

28.10.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

28.10.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência, caso a Contratante não comunique a ocorrência de sinistros.

29. DO INSTRUMENTO DO CONTRATO

A contratação será formalizada através de Termo de Contrato, conforme preconizado no art. 62, § 4º, da Lei 8.666/1993 (Acórdão nº 1219/2007, Plenário).

30. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O contrato terá vigência de até 12 meses, a contar de sua assinatura.

31. DO PREÇO

Durante a vigência de cada contrato, os preços são fixos e irredutíveis.

32. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

32.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

32.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constante no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

32.1.2. Efetuar a entrega do objeto com manual do usuário e catálogo de peças com uma versão em língua portuguesa do Brasil e da rede de assistência técnica autorizadas;

32.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13, 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

32.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

32.1.5. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; e

32.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

33. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

33.1. O contratante obriga-se a:

33.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

33.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do material recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

33.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

33.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

34. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO

34.1. O prazo de entrega será **de até 120 (cento e vinte) dias**, contados da expedição da **Ordem de Serviço**.

34.2. Mediante prévio agendamento, os bens deverão ser entregues, conforme estabelecido no subitem **1.3.8** do Anexo A (Termo de Referência) e no Anexo D (Quadro de Distribuição de Quantitativos), no período de segunda-feira a quinta-feira, no horário das 09:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 16:00 horas e na sexta-feira no horário das 09:30 às 11:30 horas.

34.3. O material deverá ser entregue acondicionado adequadamente e acompanhado da nota fiscal correspondente, devidamente preenchida.

35. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

35.1. O material entregue será considerado recebido pela CONTRATANTE:

- a)** provisoriamente, mediante Termo de Recebimento Provisório ou recibo na Nota Fiscal pela OM recebedora, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com as especificações;
- b)** definitivamente, por Comissão designada, mediante Termo de Recebimento Definitivo (TRD) assinado pelas partes, após a verificação da qualidade e quantidade do material e a observância do item **1.2.16.11. do respectivo Termo de Referência**.

35.2. A CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, mediante Termo de Rejeição Total ou Parcial, o que for fornecido em desacordo com este Contrato.

35.2.1. As Torres de Iluminação rejeitadas serão colocadas à disposição da Contratada, que deverá retirá-las para repará-las ou substituí-las, às suas expensas, entregando as novas no mesmo endereço da Organização Militar em até 45 (quarenta e cinco) dias corridos.

35.2.2. Fica estabelecido o prazo de 10 (dez) dias para a retirada dos componentes rejeitados, contado da data do recebimento dos mesmos.

35.2.3. A recusa dos materiais não justificará atrasos nos prazos de entrega fixados neste Contrato.

35.2.4. Ocorrendo pela segunda vez a rejeição dos materiais, o Contrato poderá ser rescindido.

35.3. O recebimento do material estará condicionado à observância de suas Especificações Técnicas, e instruções, cabendo a verificação respectiva à Comissão de Recebimento de cada Organização Militar

35.4. Os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas para aferição técnica dos materiais correrão por conta da Contratada.

35.5. O objeto deste Contrato deverá ser entregue, de acordo com o cronograma abaixo, contados após a expedição da **Ordem de Serviço**, correndo por conta da Contratada todas as despesas até a respectiva entrega:

Nº Ord	Local de entrega	Endereço	Item 01	
			Quantidade	Prazo
01	1º Depósito de Suprimento	Telefone: (21) 3279-8303 E-mail: Endereço: Rua Doutor Garnier, 390 Bairro: Triagem Cidade: Rio de Janeiro/RJ CEP: 20.975-000	20 unidades	120 dias
02	22º Depósito de Suprimento	Telefone: (11) 4201-7574 E-mail: 22dsup@cmse.eb.mil.br Endereço: Av Municipal, Km 32 Bairro: Jardim Belval – Barueri Cidade: Osasco/SP CEP: 06.442-130	15 unidades	120 dias
03	3º Batalhão de Suprimento	Telefone: (51)3479-5162 E-mail: comsocial@3bsup.eb.mil.br Endereço: Estrada de Morretes, s/nº Bairro: Morretes Cidade: Nova Santa Rita/RS CEP: 92.480-000 Site:	15 unidades	120 dias
04	4º Depósito de Suprimento	4º Depósito de Suprimento Praça Presidente Antônio Carlos, nº 140 Centro - Juiz de Fora- MG PABX: (32) 3215-2033 Fax:(32) 3215-2353 Ramais:214COS	10 unidades	120 dias
05	5º Depósito de Suprimento	Telefone: (41)3304-6312 E-mail: s1@5bsup.eb.mil.br Endereço: Avenida Silva Jardim, 110 Bairro: Rebouças	10 unidades	120 dias

		Cidade: Curitiba/PR CEP: 80.230-000		
06	6º Depósito de Suprimento	Telefone: (71) 3338-8100 E-mail: 6dsup@eb.mil.br Endereço: RUA GAMBOA DE CIMA S/N - FORTE DE SÃO PEDRO Bairro: CAMPO GRANDE Cidade: Salvador/BA CEP: 40.060-008 Site: http://www.6dsup.eb.mil.br	10 unidades	120 dias
07	7º Depósito de Suprimento	Telefone: (81) 3428-2151 E-mail: dsup7@yahoo.com.br Endereço: RUA GEN ESTILAC LEAL, 439 Bairro: CABANGA Cidade: Recife/PE CEP: 50.090- 000	15 unidades	120 dias
08	9º Batalhão de Suprimento	Telefone: (67) 3368-4231 E-mail: rpd9bsup@hotmail.com Endereço: RUA GEN NEPOMUCENO COSTA, 219 Bairro: VILA ALBA Cidade: Campo Grande /MS CEP: 79.100-010	20 unidades	120 dias
09	10º Depósito de Suprimento	Telefone: (85)3295-1412 E-mail: chefia.10dsup@52ct.eb.mil.br Endereço: Avenida Marechal Bittencourt, 100 Bairro: Dias Macedo Cidade: Fortaleza/CE CEP: 60.860-540 Site: http://www.10dsup.eb.mil.br	15 unidades	120 dias
10	11º Depósito de Suprimento	Telefone: (61) 3415-7500 E-mail: comsoc@11dsup.eb.mil.br Endereço: Av Duque de Caxias s/n Bairro: S M U Cidade: Brasília/DF CEP: 70.630-000 Site: http://www.11dsup.eb.mil.br	15 unidades	120 dias
11	12º Batalhão de Suprimento	Telefone: (92)4009-2331 E-mail: seccmsoc12bsup@gmail.com Endereço: AV MARECHAL BITTENCOURT, 55 Bairro: SANTO ANTONIO	05 unidades	120 dias

		Cidade: Manaus/AM CEP: 69.029-290 Site:		
12	4º Batalhão de Engenharia de Combate	Telefone: (35) 3622-3495 E-mail: salc4.eb@gmail.com Endereço: Praça Duque de Caxias, s/nº. Bairro: Varginha Cidade: Itajubá/MG CEP: 37.501-900	04 unidades	120 dias
13	6º Batalhão de Engenharia de Combate	Telefone: (55) 3232-5530 / 3232-5010 – Ramal: 210 E-mail: Endereço: Rua João Manoel, 1.261 – Centro Cidade: São Gabriel/RS CEP: 97.300-000	20 unidades	120 dias
14	3ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada/RS	Telefone: (53) 3243-2857 E-mail: Endereço: Rua General Antônio Gonzaga Freire, s/nº Bairro: Getúlio Vargas Cidade: Dom Pedrito/RS CEP: 96.450-000	10 unidades	120 dias
15	1º Batalhão de Engenharia de Combate/RJ	Telefone: (21) 3365-5217 E-mail: suprimentobese@hotmail.com Endereço: Praça Ruão, nº 35, Cidade: Santa Cruz/RJ CEP: 23.570-200	10 unidades	120 dias
16	5º Batalhão de Engenharia de Combate	Telefone: (42) 3522-1693 E-mail: Endereço: Av.: Expedicionário Edmundo Arrabar, nº 2338 Bairro: Santa Rosa Cidade: Porto União/SC CEP: 89.400-000	10 unidades	120 dias

36. DA RESPONSABILIDADE DO CONTRATADO

36.1. O contratado é responsável pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

36.2. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

37. DA GARANTIA DO PRODUTO

37.1. O produto deverá possuir prazo de garantia de no mínimo 12 (doze) meses, contados do recebimento definitivo.

37.2. Durante o prazo de garantia, o contratado obriga-se a substituir ou reparar, às suas expensas, qualquer produto que apresente defeito que não seja decorrente do desgaste natural ou do incorreto manuseio do produto.

37.3. Incumbe ao contratado o ônus da prova da origem do defeito.

38. DO PAGAMENTO

38.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo **conforme item 35.1 deste Edital** e da aprovação da documentação fiscal da Empresa (Nota Fiscal), em 2 (duas) vias, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

38.1.1. É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste Edital, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas no edital e indenização pelos danos decorrentes.

38.2. O pagamento será precedido de consulta ao SICAF, para comprovação de cumprimento dos requisitos de habilitação estabelecidos neste edital.

38.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

38.4. Sobre o valor devido ao contratado, a Administração efetuará a retenção do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/Pasep, conforme disposto na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 1.234/12.

38.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

38.6. A Administração deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas pelo contratado.

38.7. O desconto de qualquer valor no pagamento devido ao contratado será precedido de processo administrativo em que será garantido à empresa o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes.

38.8. É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

38.9. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de compensação financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I=(TX/100)/365$$

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de compensação financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

39. DAS SANÇÕES

39.1. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado às seguintes penalidades:

39.1.1. Advertência por escrito;

39.1.2. Multa de mora de 1% (um por cento) sobre o valor do contrato por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, após o qual será caracterizada a inexecução total do contrato;

39.1.3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;

39.1.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

39.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a

própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

39.2. A inexecução total ou parcial do contrato sujeitará o contratado às seguintes penalidades:

39.2.1. Advertência por escrito;

39.2.2. Em caso de inexecução parcial, multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por ocorrência, até o limite de 15% (quinze por cento);

39.2.3. Em caso de inexecução total, multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;

39.2.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

39.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

39.3. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União e, será descredenciado no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação de multa em percentual equivalente à multa prevista para inexecução total do contrato e das demais cominações legais.

39.4. As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que:

39.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

39.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

39.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

39.5. As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.

39.6. A multa será descontada da garantia do contrato e de pagamentos eventualmente devidos pela Administração.

40. DA RESCISÃO DO CONTRATO

40.1. Constituem motivo para rescisão do contrato:

40.1.1. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

40.1.2. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

40.1.3. A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;

40.1.4. O atraso injustificado no início do fornecimento;

40.1.5. A paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

40.1.6. A subcontratação total do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas neste edital e no contrato;

40.1.7. A subcontratação parcial do seu objeto, sem que haja prévia aquiescência da Administração, e autorização expressa no Edital ou contrato;

40.1.8. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

40.1.9. O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666/93;

40.1.10. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

40.1.11. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

40.1.12. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

40.1.13. Razões de interesse público de alta relevância e de amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

40.1.14. A supressão, por parte da Administração, das compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93;

40.1.15. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

40.1.16. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes do fornecimento, ou parcelas destes, já recebidas, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

40.1.17. A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução do fornecimento, nos prazos contratuais;

40.1.18. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

40.1.19. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

40.2. A rescisão, devidamente motivada nos autos, será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

41. DA REVOGAÇÃO DO PROCEDIMENTO

41.1. A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

41.2. A revogação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

43. DA ANULAÇÃO DO PROCEDIMENTO

43.1. A Administração, de ofício ou por provocação de terceiros, deverá anular o procedimento quando eivado de vício insanável.

43.2. A anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

43.3. A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

43.4. A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dependam ou que sejam consequência do ato anulado.

43.5. Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

43.6. A nulidade do contrato administrativo opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

43.7. A nulidade do contrato não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.

43.8. Nenhum ato será declarado nulo se do defeito não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

44. DO FORO

O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o de Brasília - DF, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

45. DISPOSIÇÕES FINAIS

45.1. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

45.2. As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança da futura aquisição.

45.3. É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, **inclusive fixando prazo para resposta dos licitantes quando lhes for solicitada qualquer informação ou documento**, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do processo desde a realização da Sessão Pública.

45.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

45.5. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no Departamento de Engenharia e Construção.

45.6. Qualquer divergência entre as peças desse EDITAL e seus anexos (Termo de Referência, Minuta do Contrato, Anexos e etc) prevalecerão as do EDITAL, e a Administração poderá sanar usando o princípio da Autotutela.

46. DA MARGEM DE PREFERÊNCIA

O objeto deste procedimento licitatório não está abrangido pela margem de preferência de que trata o Decreto Nº 7.840, de 12 de novembro de 2012, por não estar previsto no Anexo II deste Decreto.

47. DA CATALOGAÇÃO

A CONTRATADA deverá fornecer, até a entrega do Equipamento, todos os dados necessários para catalogação dos materiais de emprego militar nos padrões exigidos pelo Sistema de Catalogação das Forças Armadas, regulados pela Portaria nº 813-MD, de 24 de junho de 2005, publicada no Diário Oficial da União nº 122, de 28 de junho de 2005, prestando informações e o assessoramento técnico necessário, sem acréscimo de despesa para a CONTRATANTE.

48. DOS ANEXOS

48.1. Constituem anexos do presente Edital, dele fazendo parte integrante:

ANEXO A - Termo de Referência;

ANEXO B - Ata de Registro de Preços (Minuta); e

ANEXO C - Termo de Contrato (Minuta).

ANEXO D – Quadro de distribuição dos quantitativos.

ANEXO E – Modelo de proposta de preços.

ANEXO F – Modelo de atestado de capacidade técnica.

ANEXO G- Modelo de declaração de trabalho de menor.

ANEXO H- Modelo de declaração de fato impeditivo.

ANEXO I – Modelo de declaração de EPP/ME.

ANEXO J- Modelo de declaração de proposta independente.



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO
(Departamento Técnico e de Produção do Exército / 1946)

ANEXO A ao Edital Pregão nº 26/2013-DEC SRP

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

O presente Termo de Referência tem como objeto o registro de preços, com validade de 12 (doze) meses, para eventual aquisição de até 194 (cento e noventa e quatro) Torres de Iluminação Rebocáveis com potência na faixa de 6,0 Kva a 12,0 Kva em regime contínuo em proveito do Exército Brasileiro, relativas ao Projeto PAC Ambiental (Operação Hiléia Pátria), ao Projeto SISFRON, ao Projeto PROTEGER, ao Projeto RECOP e às aquisições relativas à Ação 2911, descritos, quantificados e especificados, respectivamente, neste Termo de Referência.

1.1. Descrição simplificada do objeto e preço de referência, conforme tabela abaixo:

Nr ord	Nomenclatura	Un	Qnt	Preço de referência	
				Unitário (R\$)	Total (R\$)
01	Torre de Iluminação Rebocável com motor diesel e com potência na faixa de 6,0 Kva a 12,0 Kva em regime contínuo.	Un	204	94.355,33	19.248.487,32

1.2. O órgão gerenciador será o **Departamento de Engenharia e Construção**. São participantes os seguintes órgãos:

- a) 4º Batalhão de Engenharia de Combate – UASG: 160113;
- b) 6º Batalhão de Engenharia de Combate – UASG: 160402;
- c) 3ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada/RS – UASG: 160526;
- d) 1º Batalhão de Engenharia de Combate/RJ– UASG: 160252; e
- e) 5º Batalhão de Engenharia de Combate – UASG: 160448.

1.3. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

1.3.1. O EQUIPAMENTO DEVERÁ SER COMPOSTO DE: motor, gerador de energia, cabine, chassis, painel de comando e controle, sistema de estabilização no solo, coluna de iluminação (torre), projetores (refletores), lâmpadas e tomadas externas.

1.3.2. MOTOR: combustível diesel de no mínimo 2 (dois) cilindros, 4 tempos, potência mínima de 7,5 Kw/1800 RPM, refrigeração a água (líquido refrigerante), sistema de partida elétrica.

1.3.2.1. Sistema de proteção do motor: com sensores de detecção de nível e pressão do óleo, temperatura, devendo acionar o corte do motor caso exceda os parâmetros pré-fixados; com luzes de aviso de carga, pressão de óleo e temperatura do líquido refrigerante.

1.3.3. GERADOR DE ENERGIA: Com potência de saída, em regime contínuo, na faixa 6,0 a 12,0 Kva, tensão de 127 volts, monofásico, ou 220 volts, monofásico, frequência 60hz.

1.3.4. CABINE: A cabine deverá ser insonorizada (permitindo um nível de ruído de no máximo 85 dB(A) a 1,5 metros), confeccionada em chapa de aço SAE 1020 espessura entre 1/8 e 3/16" (polegadas) e tampas com espessura de 2 mm (com tolerância de $\pm 5\%$), montada sobre estrutura em perfis de aço.

1.3.4.1. Cor: A cabine e a torre do equipamento deverão ser fornecidas na cor verde floresta fosco, nº 34.063, conforme previsto na NEB/T – Pd – 3.

1.3.5. CHASSIS

1.3.5.1. Confeccionado em perfil de aço, acabamento com pintura poliuretânica ou eletrostática, com rodagem através de 01 (um) eixo central, com sistema de suspensão através de feixe de molas com no mínimo 8 Lâminas, com 02 duas rodas de aço estampado de no mínimo aro 14 polegadas e pneus de 195/70R14, sendo os pneus compatíveis com a roda, reforçados e próprios para uso off road, compatíveis com o peso total do equipamento, deverá ser fornecido ainda um estepe nas mesmas condições acima.

1.3.5.2. Reboque: Com lança e engate para reboque com altura de 0,65 metros, contendo gancho na extremidade e encaixe (olhal), conforme as Normas NEB/TE – 249 e NEB/TE Pd – 5 e sejam adequados para acoplamento em Viatura Marruá do Exército Brasileiro, com corrente de segurança, com chicote elétrico padrão militar (12 pinos), com sistema de iluminação e sinalização militar (setas e lanterna), freio, ré e com sistema de iluminação e sinalização civil e com adesivos refletivos laterais e traseiros conforme norma do CONTRAN. Deverá possuir pé de apoio do tipo retrátil com regulagem de altura, que permita seu apoio no solo sem a necessidade do uso de sapatas.

1.3.5.2.1. O Reboque deverá ser fornecido em condições de ser acoplado a uma viatura militar Marruá de ¾ Ton e atenda ao que preconizam as seguintes normas do Exército Brasileiro:

- a) NEB/T E – 249 – Olhal para Reboque – Especificação;
- b) NEB/T E – 308 – Corrente de Segurança;
- c) NEB/T E – 309 – Gancho para Corrente de Segurança;
- d) NEB/T Pd -5 – Engates e Olhais de Engates Veiculares: tipos e dimensões; e
- e) NEB/T Pd -3 – Conectores Elétricos para Viaturas Militares, Dimensões, Localização.

1.3.6. PAINEL DE COMANDO E CONTROLE

1.3.6.1. Deverá ser posicionado no interior da cabine com proteção contra intempéries e operação não autorizada (acionamento accidental), com iluminação dos instrumentos de controle e janela vedada (transparente) para visualização externa dos mesmos sem a necessidade de abertura da cabine.

1.3.6.2. Controle das funções (requisitos mínimos, podendo possuir mais opções de controle das funções): deverá permitir o controle de partida do motor e do gerador, bem como possibilitar o acionamento dos refletores através de disjuntores individuais.

1.3.6.3. Instrumentos de controle: Deverá possuir medidor de combustível, amperímetro, voltímetro, horímetro, indicador de rotação do motor (RPM) e manômetro de temperatura do motor.

1.3.6.4. Indicadores luminosos: pressão de óleo insuficiente

1.3.7. SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO E ARMAZENAGEM DE COMBUSTÍVEL: Reservatório de combustível com capacidade volumétrica que permita uma autonomia mínima de 65,0 horas, com bomba de combustível e filtro de unidade selada com drenagem de água, abastecimento externo, devendo possuir tampa com fechadura, com no mínimo 02 (duas) chaves.

1.3.8. SISTEMA DE ESTABILIZAÇÃO NO SOLO: com no mínimo 04 (quatro) patolas de estabilização (encaixe tipo esfera padrão 2”) recolhíveis e fixadas através de sistema de travas (para impedir o acionamento acidental), com regulagem de altura da sapata, permitindo um ajuste de no mínimo 150 mm de desnível.

1.3.9. COLUNA DE ILUMINAÇÃO

1.3.9.1. Tipo telescópica e basculante, com sistema de elevação e basculamento de no mínimo dupla redução, com controle de acionamento elétrico e manual com manivela, com altura mínima de elevação de 8,5 metros (torre totalmente elevada), com três estágios, devendo permitir giro de 360° (não contínuo) do conjunto de projetores e inclinação dos refletores de no mínimo 60° positivos e 60° negativos.

1.3.9.2. Condutor elétrico: com grau de proteção IP 65 (NBR IEC 60529), com revestimento isolante, resistente a intempéries e raios U.V.

1.3.10. PROJETORES DE ILUMINAÇÃO

1.3.10.1. Deverão ser fornecidos no mínimo 04 (quatro) projetores com as seguintes características: carcaça em alumínio, soquetes para lâmpadas de 1.000W, abertura de foco de no mínimo 65° (graus), com grau de proteção IP 65 (NBR IEC 60529), com sistema que permita sua desmontagem e acondicionamento dentro da cabine para viagens a longa distância, de forma a não danificar os projetores durante o transporte.

1.3.10.2. Lâmpadas (que serão fornecidas com o equipamento): mínimo 04 (quatro) lâmpadas, do tipo halógenas, para acionamento imediato, com potência mínima de 1.000 W, tensão de 220V e frequência de 60Hz para cada lâmpada.

1.3.10.3. Autonomia do sistema de iluminação: autonomia para no mínimo 65 (sessenta e cinco) horas de iluminação ininterrupta (com o número total de lâmpadas da torre de iluminação em funcionamento).

1.3.11. TOMADAS ELÉTRICAS EXTERNAS: deverá possuir no mínimo: 2 (duas) tomadas elétricas externas, sendo: 1 (uma) de 127 V e 01 (uma) de 220V (com cores diferentes para diferenciação da voltagem de 127 V e de 220 V), frequência de 60 Hz, potência de 1000W, do tipo industrial, de embutir ou sobrepôr, resistentes a água, com tampa de proteção, com 3 polos (terminais fêmeas), sendo um polo destinado ao condutor de equipotencialização (fio terra) devendo ser construída em conformidade com as normas vigentes no Brasil, possibilitando o fornecimento de energia para outros equipamentos e ferramentas elétricas.

1.3.12. DISPOSITIVO PARA IÇAMENTO: deverá possuir olhais que permitam seu içamento por guincho, olhais para fixação em container e gavetas para elevação através de empilhadeira.

1.3.13. PESO: deverá possuir PBT (Peso Bruto Total) máximo de 1200 Kg (com tanque de combustível cheio) e 1100 Kg (com tanque de combustível vazio).

1.3.14. DIMENSÕES

1.3.14.1. Deverá possuir no máximo as seguintes dimensões: comprimento de 3.880mm, altura de 1.750mm e largura de 1.450mm.

1.3.15. ACESSÓRIOS

1.3.15.1. Deverão ser fornecidos com cada equipamento: no mínimo 4 (quatro) lâmpadas sobressalentes (com as mesmas características descritas no item **1.2.10.2**, totalizando 8 (oito) lâmpadas.

1.3.15.2. Deverão ser fornecidos todos os componentes necessários ao perfeito funcionamento do conjunto, exceto o combustível.

1.3.16. PRESCRIÇÕES DIVERSAS

1.3.16.1. O equipamento deverá possuir capacidade de locomoção em velocidade compatível com as rodovias urbanas nacionais.

1.3.16.2. Deverá ter estabilidade para ventos de no mínimo 100 km/h (62,14 mph).

1.3.16.3. Deverá possuir no mínimo um refletor auxiliar de no mínimo 300W de potência localizado na coluna de iluminação, para iluminação do próprio equipamento e área próxima.

1.3.16.4. O sistema elétrico deve ser dimensionado considerando a utilização simultânea dos seguintes consumidores:

1.2.16.5. 04(quatro) lâmpadas, potência 1000W.

1.2.16.6. 01(uma) tomada para alimentação de equipamentos com potência de 1000W, tensão 220V.

1.2.16.7. 01(uma) tomada para alimentação de equipamentos com potência de 1000W, tensão 110V.

1.2.16.8. 01(um) refletor auxiliar com potência de 300W.

1.2.16.9. Todos os materiais utilizados deverão possuir excelente qualidade e serem novos.

1.2.16.10. Deverá ser fornecido catálogo de peças do conjunto motor – gerador - chassi com vista explodida das peças e códigos, manual de operação e manutenção instruções em língua portuguesa brasileira, manutenção e de rede de assistência técnica no âmbito do Território Nacional.

1.2.16.11. Durante a entrega dos equipamentos, deverá ser realizado nas localidades de entrega, em local a ser definido pela Contratante, um treinamento, por instrutores especializados, com duração mínima de 4(quatro) horas, para 6 (seis) militares por local de entrega. A instrução deverá abordar assuntos de operação e manutenção de 1º e 2º escalão do equipamento.

1.2.16.12. O fabricante deverá fornecer manutenção e rede de assistência técnica no âmbito do Território Nacional

1.2.16.13. A assistência técnica deverá ser mediante manutenção preventiva e corretiva, durante o prazo de garantia. Conforme o manual e normas técnicas específicas, a fim de manter o equipamento em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus adicional para o Exército Brasileiro, independente da localidade da empresa responsável, num prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados a partir do comunicado formal.

1.2.16.14. Entende-se por manutenção corretiva, a manutenção, ajustes, reparos e correções necessárias.

1.3.4. DETALHES DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO

1.3.4.1. O Equipamento deverá dispor de uma plaqueta de identificação das dimensões, no formato comprimento x largura x altura, para fins de transporte embarcado;

1.3.4.2. O Equipamento deverá dispor, na mesma plaqueta do subitem anterior, dos dados do volume e do peso do conjunto para fins de transporte embarcado.

1.3.5. PRESCRIÇÕES DIVERSAS

1.3.5.1. Sem prejuízo de outras disposições contidas no corpo do edital licitatório, e sob pena de desclassificação, a proposta deverá conter:

1.3.5.1.1. A descrição detalhada do objeto ofertado, obrigatoriamente de acordo com as especificações deste Termo de Referência;

1.3.5.1.2. O preço unitário e total do item a que o fornecedor estiver concorrendo, expresso em R\$ (reais), com duas casas decimais, sendo que, em caso de divergência entre os valores unitários e totais, prevalecerão os unitários;

1.3.5.1.3. O valor (numérico e por extenso) do preço global do item, em valor líquido, em moeda nacional corrente, com aproximação de até duas casas decimais, englobando todas as despesas indispensáveis ao perfeito cumprimento do objeto da licitação, tanto em algarismos como por extenso, sendo que, em caso de divergência entre os valores expressos em algarismos e por extenso, prevalecerão os por extenso;

1.3.5.1.4. Manuais e Catálogos, contendo as especificações do produto ofertado;

1.3.5.1.5. Manual de Garantia;

1.3.5.1.6. Manual de Manutenção e Operação, destacando o modelo, para uma avaliação da operabilidade e funcionalidade do equipamento ofertado, devendo constar os tempos necessários para as paradas e para a manutenção;

1.3.5.1.7. Lista das peças a serem trocadas, frente ao tempo de durabilidade, segundo os manuais de manutenção e operação;

1.3.5.1.8. Informação sobre a procedência do produto ofertado;

1.3.5.1.9. Relação das empresas que são assistente técnico em todo Brasil, citando o endereço completo e nome para contato;

1.3.5.1.10. Memorial Descritivo pormenorizado dos equipamentos ofertados, citando para cada um, a marca, o modelo, e etc., para uma melhor avaliação técnica e auxiliar no recebimento do material.

1.3.5.1.11. A proposta de preços deverá incluir todas as despesas com o presente fornecimento, incluindo as relativas ao treinamento.

1.3.5.2. Garantia técnica

1.3.5.2.1. A garantia técnica do item objeto deste Termo de Referência deverá ser de no mínimo 12 (doze) meses, sem limite de horas de funcionamento, contados a partir da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TRD) ou o do fabricante, caso este último seja maior.

1.3.5.3. Entrega Técnica

1.3.5.3.1. O fornecedor deverá realizar entrega técnica das Torres de Iluminação fornecidas, conforme descrito no subitem **1.2.16.11**.

1.3.5.4. Assistência técnica.

1.3.5.4.1. A CONTRATADA deve prestar assistência técnica e demais assessoramentos necessários ao recebimento do item 01(um) componente do objeto deste Termo de Referência, arcando com os custos decorrentes de tal atividade. Deverá, ainda, garantir o fornecimento de peças, sobressalentes e componentes para o conjunto da Torre de Iluminação (motor, alternador, chassi e sistema elétrico), durante o período mínimo de 5 (cinco) anos.

1.3.5.4.2. Todas as despesas de mão de obra e material para as 1ª e 2ª revisões previstas no Manual do Proprietário, para o conjunto do motor, item 01 (um) deste Termo, correrá por conta da CONTRATADA.

1.3.5.4.3. A assistência técnica a ser prestada pela CONTRATADA tem como objetivo atender os seguintes aspectos:

1.3.5.4.3.1. Fornecimento de suprimento no Brasil;

1.3.5.4.3.2. Assistência técnica de manutenção no Brasil;

1.3.5.4.3.3. Fornecimento de boletins e outros documentos técnicos;

1.3.5.5. Manuais e Catálogos

A CONTRATADA fornecerá à CONTRATANTE a seguinte documentação técnica **impressa** ou em **mídia** (CD, DVD ou pendrive), na língua portuguesa, **acompanhando cada Torre de Iluminação fornecida** observando-se as especificações abaixo:

1.3.5.5.1. Manual de garantia;

1.3.5.4.2. Manual de Reparação (Manutenção) das diversas partes componentes do Conjunto da Torre de Iluminação que deverá conter as operações de manutenção e/ou reparações, com desenhos e/ou fotografias, que servirão de guia de procedimentos para os mecânicos do Exército Brasileiro;

1.3.5.5.3. Manual de Operação do conjunto da Torre de Iluminação;

1.3.5.5.4. Lista da rede de concessionárias autorizadas;

1.3.5.5.5. Catálogo de Ferramental e instrumentos necessários à manutenção;

1.3.5.5.6. Catálogo de Suprimento;

1.3.5.5.7. Listagem estatística de peças de alta mortalidade;

1.3.5.5.8. Inspeção e Certificação pelo INMETRO

- Todos os componentes que são passíveis de inspeção e certificação pelo INMETRO, deverão ser inspecionados e certificados. Toda a inspeção e certificação serão por conta do fabricante ou fornecedor.

1.3.6. LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

1.3.6.1. O local de entrega do material deverá ser, conforme o quadro no item **1.3.8** (local e prazos de entrega do ITEM - 01) deste Termo de Referência; e

1.3.6.2. O prazo de entrega do material deverá ser, conforme o quadro no item **1.3.8** (local e prazos de entrega do ITEM - 01) deste Termo de Referência.

1.3.7. CATALOGAÇÃO

1.3.7.1. A CONTRATADA deverá fornecer, até a entrega do Equipamento, todos os dados necessários para catalogação dos materiais de emprego militar nos padrões exigidos pelo Sistema de Catalogação das Forças Armadas, regulados pela Portaria nº 813-MD, de 24 de junho de 2005, publicada no Diário Oficial da União nº 122, de 28 de junho de 2005, prestando informações e o assessoramento técnico necessário, sem acréscimo de despesa para a CONTRATANTE.

1.3.8. LOCAL E PRAZOS DE ENTREGA DO ITEM 01

Nº Ord	Local de entrega	Endereço	Item 01	
			Quantidade	Prazo
01	1º Depósito de Suprimento	Telefone: (21) 3279-8303 E-mail: Endereço: Rua Doutor Garnier, 390 Bairro: Triagem Cidade: Rio de Janeiro/RJ CEP: 20.975-000	20 unidades	120 dias
02	22º Depósito de Suprimento	Telefone: (11) 4201-7574 E-mail: 22dsup@cmse.eb.mil.br Endereço: Av Municipal, Km 32 Bairro: Jardim Belval – Barueri Cidade: Osasco/SP CEP: 06.442-130	15 unidades	120 dias
03	3º Batalhão de Suprimento	Telefone: (51)3479-5162 E-mail: comsocial@3bsup.eb.mil.br Endereço: Estrada de Morretes, s/nº Bairro: Morretes Cidade: Nova Santa Rita/RS CEP: 92.480-000 Site:	15 unidades	120 dias
04	4º Depósito de Suprimento	4º Depósito de Suprimento Praça Presidente Antônio Carlos, nº 140 Centro - Juiz de Fora- MG PABX: (32) 3215-2033 Fax:(32) 3215-2353	10 unidades	120 dias

		Ramais:214COS		
05	5º Depósito de Suprimento	Telefone: (41)3304-6312 E-mail: s1@5bsup.eb.mil.br Endereço: Avenida Silva Jardim, 110 Bairro: Rebouças Cidade: Curitiba/PR CEP: 80.230-000	10 unidades	120 dias
06	6º Depósito de Suprimento	Telefone: (71) 3338-8100 E-mail: 6dsup@eb.mil.br Endereço: RUA GAMBOA DE CIMA S/N - FORTE DE SÃO PEDRO Bairro: CAMPO GRANDE Cidade: Salvador/BA CEP: 40.060-008 Site: http://www.6dsup.eb.mil.br	10 unidades	120 dias
07	7º Depósito de Suprimento	Telefone: (81) 3428-2151 E-mail: dsup7@yahoo.com.br Endereço: RUA GEN ESTILAC LEAL, 439 Bairro: CABANGA Cidade: Recife/PE CEP: 50.090- 000	15 unidades	120 dias
08	9º Batalhão de Suprimento	Telefone: (67) 3368-4231 E-mail: rpd9bsup@hotmail.com Endereço: RUA GEN NEPOMUCENO COSTA, 219 Bairro: VILA ALBA Cidade: Campo Grande /MS CEP: 79.100-010	20 unidades	120 dias
09	10º Depósito de Suprimento	Telefone: (85)3295-1412 E-mail: chefia.10dsup@52ct.eb.mil.br Endereço: Avenida Marechal Bittencourt, 100 Bairro: Dias Macedo Cidade: Fortaleza/CE CEP: 60.860-540 Site: http://www.10dsup.eb.mil.br	15 unidades	120 dias
10	11º Depósito de Suprimento	Telefone: (61) 3415-7500 E-mail: comsoc@11dsup.eb.mil.br Endereço: Av Duque de Caxias s/n Bairro: S M U Cidade: Brasília/DF CEP: 70.630-000 Site: http://www.11dsup.eb.mil.br	15 unidades	120 dias

11	12º Batalhão de Suprimento	Telefone: (92)4009-2331 E-mail: seccmsoc12bsup@gmail.com Endereço: AV MARECHAL BITTENCOURT, 55 Bairro: SANTO ANTONIO Cidade: Manaus/AM CEP: 69.029-290 Site:	05 unidades	120 dias
12	4º Batalhão de Engenharia de Combate	Telefone: (35) 3622-3495 E-mail: salc4.eb@gmail.com Endereço: Praça Duque de Caxias, s/nº. Bairro: Varginha Cidade: Itajubá/MG CEP: 37.501-900	04 unidades	120 dias
13	6º Batalhão de Engenharia de Combate	Telefone: (55) 3232-5530 / 3232-5010 – Ramal: 210 E-mail: Endereço: Rua João Manoel, 1.261 – Centro Cidade: São Gabriel/RS CEP: 97.300-000	20 unidades	120 dias
14	3ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada/RS	Telefone: (53) 3243-2857 E-mail: Endereço: Rua General Antônio Gonzaga Freire, s/nº Bairro: Getúlio Vargas Cidade: Dom Pedrito/RS CEP: 96.450-000	10 unidades	120 dias
15	1º Batalhão de Engenharia de Combate/RJ	Telefone: (21) 3365-5217 E-mail: suprimentobese@hotmail.com Endereço: Praça Ruão, nº 35, Cidade: Santa Cruz/RJ CEP: 23.570-200	10 unidades	120 dias
16	5º Batalhão de Engenharia de Combate	Telefone: (42) 3522-1693 E-mail: Endereço: Av.: Expedicionário Edmundo Arrabar, nº 2338 Bairro: Santa Rosa Cidade: Porto União/SC CEP: 89.400-000	10 unidades	120 dias

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A presente aquisição visa atender às necessidades do Exército Brasileiro, relativas ao material Classe VI que serão empregados nos Projetos Sisfron, Proteger, PAC Ambiental (Operação Hiléia Pátria), ao Projeto RECOP e à Ação 2911.

2.2. O Registro de Preços se justifica na medida em que a aquisição atenderá aos diversos projetos do Exército Brasileiro, consequentemente a diversas Organizações Militares, o que está em conformidade com o inciso III do Art 3º do Decreto Nº 7892, de 23 de janeiro de 2013.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS

3.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 5.450, de 2005.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1. O prazo de entrega para o item 01 (um) deste Termo de Referência deverá ser conforme o previsto nos **quadro 1.3.8** deste Termo de Referência e será contado da data de expedição da Ordem de Serviço;

4.2. As Torres de Iluminação serão recebidas provisoriamente no prazo de até 10 (dez) dias úteis, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

4.3. As Torres de Iluminação serão rejeitadas, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídas no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

4.4. As Torres de Iluminação serão recebidas definitivamente no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado; e

4.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da contratante:

5.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

- 5.1.2.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do material recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 5.1.3.** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 5.1.4.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 6.2.** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constante no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- 6.3.** O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em língua portuguesa do Brasil e da rede de assistência técnica autorizadas;
- 6.4.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13, 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 6.5.** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 6.6.** Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 6.7.** Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; e
- 6.8.** Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7. CONTROLE DA EXECUÇÃO

- 7.1.** O contratante designará servidor ou comissão para efetuar a fiscalização da execução contratual, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

7.2. O Fiscal ou Comissão designada pelo contratante realizará as seguintes atividades relativas ao contrato:

7.2.1. Registrará e documentará a execução contratual, obtendo junto ao fornecedor os registros, controles e informações de sua responsabilidade;

7.2.2. Poderá realizar visitas técnicas às instalações do fornecedor, se necessário;

7.2.3. Fiscalizará a execução contratual, podendo efetuar diligências, requerer informações ao fornecedor e lhe dirigir determinações acerca do cumprimento do objeto deste Termo de Referência;

7.2.4. Acompanhará as entregas dos equipamentos, realizando os procedimentos relativos ao seu recebimento, nos termos e condições estabelecidas neste documento;

7.2.5. Informará, às instâncias superiores do contratante, tudo que extrapole às suas competências como Fiscal; e

7.2.6. O fornecedor obriga-se a facilitar, de modo amplo e irrestrito, a ação do Fiscal do contratante.

8. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado às seguintes penalidades:

8.1.1. Advertência por escrito;

8.1.2. Multa de mora de 1% (um por cento) sobre o valor do contrato por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, após o qual será caracterizada a inexecução total do contrato;

8.1.3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;

8.1.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

8.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

8.2. A inexecução total ou parcial do contrato sujeitará o contratado às seguintes penalidades:

8.2.1. Advertência por escrito;

8.2.2. Em caso de inexecução parcial, multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por ocorrência, até o limite de 15% (quinze por cento);

8.2.3. Em caso de inexecução total, multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;

8.2.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

8.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

8.3. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União e, será descredenciado no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação de multa em percentual equivalente à multa prevista para inexecução total do contrato e das demais cominações legais.

8.4. As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que:

8.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

8.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

8.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

8.5. As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.

8.6. A multa será descontada da garantia do contrato e de pagamentos eventualmente devidos pela Administração.

Brasília – DF, 14 de novembro de 2013

EDVALDO DA SILVA REIS – 1º Ten QAO
Responsável pela elaboração do TR

Aprovo:

MARCELO PAGOTTI JOÃO – Cel
Chefe da Assessoria 3/DEC

De acordo:

MÁRIO PEDROZA DA SILVEIRA PINHEIRO – Cel
Ordenador de Despesas do DEC



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO
(Departamento Técnico e de Produção do Exército/1946)

ANEXO B - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXXX/2014

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº XXXX/2013

PROCESSO Nº XXXX

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos ____ de _____ de _____, no DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO (DEC) – Órgão de Direção Setorial do Comando do Exército, localizado no Quartel General do Exército – Bl “B” – 3º piso, nesta Capital Federal, o pregoeiro, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, publicada no D. O. de 18 de julho de 2002, e os Decretos nºs 3.555, de 08 de agosto de 2000, publicado no D.O. de 09 de agosto de 2000, 7892, de 23 de janeiro de 2013, publicado no DOU de 24 de janeiro de 2013, 5.450 de 31 de maio de 2005, e 3.784, de 06 de abril de 2001, publicado no D.O. de 09 de abril de 2001, em decorrência da aceitação, habilitação, adjudicação e homologação da proposta apresentada no **pregão eletrônico para registro de preços nº 26/2013-DEC - processo administrativo nº 151/2013-DEC** e do aviso de julgamento de preços e ato de homologação do Ordenador de Despesas do DEC, publicada no diário oficial da união do dia ____ de _____ de 2013, **RESOLVE** registrar o(s) preço(s) do(s) **item(ns) descritos na cláusula primeira**, para a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, CEP _____, no Município de _____, neste ato representada pelo(a) Sr(a). _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e CPF nº _____, cuja proposta foi classificada em _____ lugar no certame.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. O objeto desta Ata é o Registro de Preços, com validade de 12 (doze) meses, para eventual aquisição de até 204 (duzentos e quatro) Torres de Iluminação Rebocáveis com potência na faixa de 6,0 a 12,0 Kva em regime contínuo, visando atender às necessidades do Exército Brasileiro, relativa ao Projeto PAC Ambiental (Operação Hiléia Pátria), ao Projeto SISFRON, ao Projeto PROTEGER, ao Projeto RECOP e às aquisições relativas à Ação 2911, bem como em proveito dos **(NOME DOS ÓRGÃOS**

PARTICIPANTES), conforme especificações do Termo de Referência e quantidades estabelecidas abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	MARCA/ FABRICANTE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO

1.1. São registrados no CADASTRO DE RESERVA abaixo, nos termos do art. 11 do Decreto nº 7.892/13, os seguintes fornecedores que aceitaram cotar o fornecimento dos bens com preço igual ao do vencedor da licitação:

ITEM Nº	PREÇO UNITÁRIO: R\$	
CLASSIF.	DADOS DO FORNECEDOR	QUANTIDADE
2º		
3º		
4º		
5º		

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2. O órgão gerenciador será o Departamento de Engenharia e Construção

3. São participantes os seguintes órgãos:

- a) **XXXX**;
- b) **XXXX**;
- c) **XXXX**.

4. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto nº 7.892/13, e na Lei nº 8.666/93.

5. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

6. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços.

7. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

8. Ao órgão não participante que aderir à presente ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 **meses**, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

11. O preço registrado poderá ser revisto nos termos da alínea "d" do inciso II do *caput* do art. 65 da Lei nº 8.666/93, em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores.

12. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

12.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

12.2. Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido e cancelar o registro, sem aplicação de penalidade;

12.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação, observada a ordem de classificação original do certame.

13. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

13.1. Convocar o fornecedor visando à negociação de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666/93, quando cabível, para rever o preço registrado em razão da superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

13.2. Caso inviável ou frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

13.3. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação, quando cabível.

14. A cada pedido de revisão de preço deverá o fornecedor comprovar e justificar as alterações havidas na planilha apresentada anteriormente, demonstrando analiticamente a variação dos componentes dos custos devidamente justificada.

15. Na análise do pedido de revisão, dentre outros critérios, a Administração adotará, para verificação dos preços constantes dos demonstrativos que acompanhem o pedido, pesquisa de mercado dentre empresas de reconhecido porte mercantil, produtoras e/ou comercializadoras, a ser realizada pela própria unidade, devendo a deliberação, o deferimento ou indeferimento da alteração solicitada ser instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos, para decisão da Administração no prazo de 30 (trinta) dias. Todos os documentos utilizados para a análise do pedido de revisão de preços serão devidamente autuados, rubricados e numerados, sendo parte integrante dos autos processuais.

16. É vedado ao contratado interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas no Edital Convocatório, salvo a hipótese de liberação do fornecedor prevista nesta Ata.

17. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação parcial ou total da Ata de Registro de Preços, mediante publicação no Diário Oficial da União, e adotar as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa, nos termos do parágrafo único do art. 19 do Decreto 7.892/13.

18. É proibido o pedido de revisão com efeito retroativo.

19. Não cabe repactuação ou reajuste de preços da contratação.

20. Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes, se houver.

CLÁUSULA QUINTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

21. O fornecedor terá o seu registro cancelado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo específico, quando:

22. Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

23. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

24. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

25. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

25.1. Por razões de interesse público;

25.2. A pedido do fornecedor.

26. Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES

27. A contratação com o fornecedor registrado observará a classificação segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva da licitação que deu origem à presente ata e será formalizada mediante (a) instrumento contratual; b) emissão de nota de empenho de despesa; e c) autorização de compra, conforme disposto no artigo 62 da Lei nº 8.666/93, e obedecidos os requisitos pertinentes do Decreto nº 7.892/13.

28. O órgão convocará a fornecedora com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, (a) efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente; ou, b) assinar o Contrato), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

28.1. Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

29. Previamente à formalização de cada contratação, o Departamento de Engenharia e Construção realizará consulta ao SICAF para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação.

30. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões contratuais que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

31. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto do contrato.

32. A Contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

33. Cada contrato firmado com o fornecedor terá vigência de (dias ou meses).

CLÁUSULA OITAVA - DO PREÇO

34. Durante a vigência de cada contratação, os preços são fixos e irrevogáveis.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

35. São obrigações da Contratante:

- 35.1.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 35.2.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do material recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 35.3.** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 35.4.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

36. São obrigações da Contratada:

- 36.1.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 36.2.** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constante no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- 36.3.** O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em língua portuguesa do Brasil e da rede de assistência técnica autorizadas;
- 36.4.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13, 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 36.5.** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 36.6.** Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 36.7.** Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; e
- 36.8.** Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

37. Os bens serão recebidos na forma do item “DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO” do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PAGAMENTO

38. O pagamento dar-se-á na forma do item “DO PAGAMENTO” do edital

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CONTROLE DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

39. A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

40. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/93.

41. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

42. A apuração e aplicação de sanções dar-se-á na forma da Seção “DAS SANÇÕES” do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA CATALOGAÇÃO

43. A CONTRATADA deverá fornecer, até a entrega do Equipamento, todos os dados necessários para catalogação dos materiais de emprego militar nos padrões exigidos pelo Sistema de Catalogação das Forças Armadas, regulados pela Portaria nº 813-MD, de 24 de junho de 2005, publicada no Diário Oficial da União nº 122, de 28 de junho de 2005, prestando informações e o assessoramento técnico necessário, sem acréscimo de despesa para a CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

44. Será anexada a esta Ata cópia do Termo de Referência.

45. Integram o Edital, independentemente de transcrição, a Ata de Registro de Preços, o Termo de Referência e a proposta da empresa.

46. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 5.450/05, do Decreto nº 3.555/00, do Decreto nº 7.892/13, do Decreto nº 3.722/01, da Lei Complementar nº 123/06, e da Lei nº 8.666/93, subsidiariamente.

47. O foro para dirimir questões relativas a presente Ata será o de Brasília - DF, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Brasília-DF, _____ de _____ de 2013.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Ordenador de Despesas do Departamento de Engenharia e Construção

Pregoeiro

XXXXXXX
Representante da Empresa

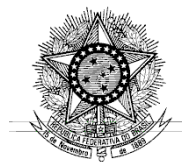
PREGÃO ELETRÔNICO Nr 26/2013 - REGISTRO DE PREÇOS

ENCARTE À ATA

Empresa: _____, CNPJ Nr _____, com sede na cidade de _____, Av/Rua/Quadra _____, Fone: (XX) _____, Fax: (XX) _____, representada neste ato pelo Sr.(a) _____, CPF Nr _____, RG Nr _____.

Iem do TR	ÓRGÃO	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UND	Qnt GLOBAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
-----------------	-------	---------------	-------	-----	---------------	-------------------	----------------

--	--	--	--	--	--	--	--



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO
(Departamento Técnico e de Produção do Exército / 1946)
DEPARTAMENTO REAL CORPO DE ENGENHEIROS
ANEXO C**

MINUTA DO CONTRATO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2013

NUP 64444.039120/2014-74

CONTRATANTE: A União, pessoa jurídica de direito público, por intermédio do DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO (DEC), Organização Militar (OM) do Exército Brasileiro, registrada no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF), sob o N° **07.521315/0001-23**, neste ato representado pelo seu Ordenador de Despesas Sr ROBSON COCINO DA COSTA, nomeado pelo Boletim Interno nº _____ de _____ de _____ de 2013, CPF nº 388.088.974-00, portador da Carteira de Identidade nº 070340303-0-MDef.

CONTRATADA: _____ empresa _____, com endereço _____, CNPJ/MF _____, representada neste ato pelo Sr _____, CPF nº _____, cédula de identidade nº _____, doravante denominada simplesmente CONTRATADA.

FUNDAMENTOS LEGAIS: considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS, processo administrativo n.º _____/2013, RESOLVE firmar o presente contrato de aquisição de TORRE DE ILUMINAÇÃO REBOCÁVEL, conforme especificações e quantidades previstas no Anexo A (Termo de Referência), atendendo às condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e na Lei nº 8.078 (Código de Defesa do Consumidor), de 11 de setembro de 1990, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de Torre de Iluminação Rebocável com potência na faixa de 6,0 a 12,0 Kva em regime contínuo, visando atender às necessidades do Exército Brasileiro, relativa ao Projeto PAC Ambiental (Operação Hiléia Pátria), ao Projeto SISFRON, ao Projeto PROTEGER, ao Projeto RECOP e às aquisições relativas à Ação 2911, conforme especificações do Termo de Referência e quantidades estabelecidas abaixo:

1.2. Discriminação do objeto:

Item	Especificação	Identificação CATMAT	Unidade	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor Total (R\$)

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de _____, contados do _____, prorrogável na forma do art 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1983.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$......(.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20....., na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

PI:

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo e da aprovação da documentação fiscal da Empresa (Nota Fiscal), em 2 (duas) vias, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

5.1.1. É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste Edital, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas no edital e indenização pelos danos decorrentes.

5.2. O pagamento será precedido de consulta ao SICAF, para comprovação de cumprimento dos requisitos de habilitação estabelecidos neste edital.

5.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.4. Sobre o valor devido ao contratado, a Administração efetuará a retenção do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/Pasep, conforme disposto na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 1.234/12.

5.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.6. A Administração deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas pelo contratado.

5.7. O desconto de qualquer valor no pagamento devido ao contratado será precedido de processo administrativo em que será garantido à empresa o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes.

5.8. É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

5.9. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de compensação financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I=(TX/100)/365$$

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de compensação financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. O preço contratado é fixo e irrevogável.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA DO CONTRATO

7.1. No prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, o licitante vencedor deverá prestar garantia correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor da contratação, em conformidade com o disposto no art. 56 da Lei 8.666/93.

7.2. Em caso de acréscimo ou supressão no valor do contrato, a garantia deve ser acrescida ou suprimida em igual proporção.

7.3. A garantia prestada será restituída (e/ou liberada) após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o §4º do art. 56 da Lei 8.666/93.

7.4. A não prestação de garantia no prazo determinado sujeitará o contratado às penalidades legalmente estabelecidas, sem prejuízo da rescisão do contrato.

7.4.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,02% (zero vírgula zero dois por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

7.4.2. A garantia assegurará qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

7.4.2.1. Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

7.4.2.2. Prejuízos causados à Contratante ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

7.4.2.3. As multas moratórias e punitivas aplicadas pela Contratante à Contratada;

7.4.3. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, com correção monetária e em conta remunerada da Caixa Econômica Federal.

7.4.4. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

118.5. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

7.4.6. A Contratante não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

7.4.6.1. Caso fortuito ou força maior;

7.4.6.2. Alteração, sem prévia anuência da seguradora, das obrigações contratuais;

7.4.6.3. Descumprimento das obrigações pela Contratada decorrentes de atos ou fatos praticados pela Contratante;

7.4.6.4. Atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Contratante.

7.4.7. Cabe à própria Contratante apurar a isenção da responsabilidade prevista nas alíneas acima, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pela Contratante.

7.4.8. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas neste item.

7.4.9. Será considerada extinta a garantia:

7.4.9.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

7.4.9.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência, caso a Contratante não comunique a ocorrência de sinistros.

8. CLÁUSULA OITAVA – ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. O material entregue será considerado recebido pela CONTRATANTE:

a) provisoriamente, mediante Termo de Recebimento Provisório ou recibo na Nota Fiscal pela OM recebedora, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com as especificações;

b) definitivamente, por Comissão designada, mediante Termo de Recebimento Definitivo assinado pelas partes, após a verificação da qualidade e quantidade do material e a consequente aceitação.

8.2. A CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, mediante Termo de Rejeição Total ou Parcial, o que for fornecido em desacordo com este Contrato.

8.2.1. As Torres de Iluminação rejeitadas serão colocadas à disposição da CONTRATADA, que deverá retirá-las, repará-las ou substituí-los, às suas expensas, entregando as novas no mesmo endereço da Organização Militar que fez a recusa.

8.2.2. Fica estabelecido o prazo de 10 (dez) dias para a retirada dos componentes rejeitados, contado da data do recebimento dos mesmos.

8.3. A recusa dos materiais não justificará atrasos nos prazos de entrega fixados neste Contrato.

8.4. Ocorrendo pela segunda vez a rejeição dos materiais, este Contrato poderá ser rescindido.

8.5. O recebimento do material estará condicionado à observância de suas Especificações Técnicas, e instruções, cabendo a verificação respectiva à Comissão de Recebimento de cada Organização Militar

8.6. Os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas para aferição técnica dos materiais correrão por conta da CONTRATADA.

8.7. O objeto deste Contrato deverá ser entregue, de acordo com o cronograma abaixo, contados da data **da emissão da Ordem de Serviço**, correndo por conta da CONTRATADA todas as despesas até a respectiva entrega.

Nº Ord	Local de entrega	Endereço	Item 01	
			Quantidade	Prazo
01	1º Depósito de Suprimento	Telefone: (21) 3279-8303 E-mail: Endereço: Rua Doutor Garnier, 390 Bairro: Triagem Cidade: Rio de Janeiro/RJ CEP: 20.975-000	20 unidades	120 dias
02	22º Depósito de Suprimento	Telefone: (11) 4201-7574 E-mail: 22dsup@cmse.eb.mil.br Endereço: Av Municipal, Km 32 Bairro: Jardim Belval – Barueri Cidade: Osasco/SP CEP: 06.442-130	15 unidades	120 dias
03	3º Batalhão de Suprimento	Telefone: (51)3479-5162 E-mail: comsocial@3bsup.eb.mil.br Endereço: Estrada de Morretes, s/nº Bairro: Morretes Cidade: Nova Santa Rita/RS CEP: 92.480-000 Site:	15 unidades	120 dias
04	4º Depósito de Suprimento	4º Depósito de Suprimento Praça Presidente Antônio Carlos, nº 140 Centro - Juiz de Fora- MG PABX: (32) 3215-2033 Fax:(32) 3215-2353 Ramais:214COS	10 unidades	120 dias
05	5º Depósito de Suprimento	Telefone: (41)3304-6312 E-mail: s1@5bsup.eb.mil.br Endereço: Avenida Silva Jardim, 110 Bairro: Rebouças Cidade: Curitiba/PR CEP: 80.230-000	10 unidades	120 dias
06	6º Depósito de Suprimento	Telefone: (71) 3338-8100	10	120

		E-mail: 6dsup@eb.mil.br Endereço: RUA GAMBOA DE CIMA S/N - FORTE DE SÃO PEDRO Bairro: CAMPO GRANDE Cidade: Salvador/BA CEP: 40.060-008 Site: http://www.6dsup.eb.mil.br	unidades	dias
07	7º Depósito de Suprimento	Telefone: (81) 3428-2151 E-mail: dsup7@yahoo.com.br Endereço: RUA GEN ESTILAC LEAL, 439 Bairro: CABANGA Cidade: Recife/PE CEP: 50.090- 000	15 unidades	120 dias
08	9º Batalhão de Suprimento	Telefone: (67) 3368-4231 E-mail: rpd9bsup@hotmail.com Endereço: RUA GEN NEPOMUCENO COSTA, 219 Bairro: VILA ALBA Cidade: Campo Grande /MS CEP: 79.100-010	20 unidades	120 dias
09	10º Depósito de Suprimento	Telefone: (85)3295-1412 E-mail: chefia.10dsup@52ct.eb.mil.br Endereço: Avenida Marechal Bittencourt, 100 Bairro: Dias Macedo Cidade: Fortaleza/CE CEP: 60.860-540 Site: http://www.10dsup.eb.mil.br	15 unidades	120 dias
10	11º Depósito de Suprimento	Telefone: (61) 3415-7500 E-mail: comsoc@11dsup.eb.mil.br Endereço: Av Duque de Caxias s/n Bairro: S M U Cidade: Brasília/DF CEP: 70.630-000 Site: http://www.11dsup.eb.mil.br	15 unidades	120 dias
11	12º Batalhão de Suprimento	Telefone: (92)4009-2331 E-mail: seccmsoc12bsup@gmail.com Endereço: AV MARECHAL BITTENCOURT, 55 Bairro: SANTO ANTONIO Cidade: Manaus/AM CEP: 69.029-290 Site:	05 unidades	120 dias
12	4º Batalhão de Engenharia de Combate	Telefone: (35) 3622-3495	04	120

		E-mail: salc4.eb@gmail.com Endereço: Praça Duque de Caxias, s/nº. Bairro: Varginha Cidade: Itajubá/MG CEP: 37.501-900	unidades	dias
13	6º Batalhão de Engenharia de Combate	Telefone: (55) 3232-5530 / 3232-5010 – Ramal: 210 E-mail: Endereço: Rua João Manoel, 1.261 – Centro Cidade: São Gabriel/RS CEP: 97.300-000	20 unidades	120 dias
14	3ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada/RS	Telefone: (53) 3243-2857 E-mail: Endereço: Rua General Antônio Gonzaga Freire, s/nº Bairro: Getúlio Vargas Cidade: Dom Pedrito/RS CEP: 96.450-000	10 unidades	120 dias
15	1º Batalhão de Engenharia de Combate/RJ	Telefone: (21) 3365-5217 E-mail: suprimentobese@hotmail.com Endereço: Praça Ruão, nº 35, Cidade: Santa Cruz/RJ CEP: 23.570-200	10 unidades	120 dias
16	5º Batalhão de Engenharia de Combate	Telefone: (42) 3522-1693 E-mail: Endereço: Av.: Expedicionário Edmundo Arrabar, nº 2338 Bairro: Santa Rosa Cidade: Porto União/SC CEP: 89.400-000	10 unidades	120 dias

9. CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO

9.1. O contratante designará servidor ou comissão para efetuar a fiscalização da execução contratual, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

9.2. O Fiscal ou Comissão designada pelo contratante realizará as seguintes atividades relativas ao contrato:

9.2.1. Registrará e documentará a execução contratual, obtendo junto ao fornecedor os registros, controles e informações de sua responsabilidade;

9.2.2. Poderá realizar visitas técnicas às instalações do fornecedor, se necessário;

9.2.3. Fiscalizará a execução contratual, podendo efetuar diligências, requerer informações ao fornecedor e lhe dirigir determinações acerca do cumprimento do objeto deste Termo de Referência;

9.2.4. Acompanhará as entregas dos equipamentos, realizando os procedimentos relativos ao seu recebimento, nos termos e condições estabelecidas neste documento;

9.2.5. Informará, às instâncias superiores do contratante, tudo que extrapole às suas competências como Fiscal.

9.2.6. O fornecedor obriga-se a facilitar, de modo amplo e irrestrito, a ação do Fiscal do contratante.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - GARANTIA TÉCNICA

10.1. O prazo de garantia técnica mínima do objeto deste Contrato será de 01 ano (12 meses), contados da data do seu recebimento definitivo, considerando-se o somatório da garantia de fábrica, de acordo com exigência do edital e constante da proposta apresentada pela CONTRATADA.

10.2. Fica a CONTRATADA obrigada a substituir ou reparar às suas expensas os materiais, peças ou componentes em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação ou montagem.

10.3 A Contratada deverá prestar os serviços de assistência técnica e efetuar os consertos e/ou substituições que se fizerem necessários, durante o período da garantia, no prazo máximo de três dias úteis a contar do recebimento da notificação formal da Fiscalização do contrato.

10.4 O suporte de garantia deverá ser prestado na modalidade presencial, ou seja, nas dependências da unidade da entrega, compreendendo a solução de problemas de funcionamento encontrados durante a operação normal do objeto do contrato;

10.5. A garantia abrange a manutenção preventiva e corretiva do objeto, por intermédio da Contratada ou, se for o caso, de sua(s) credenciada(s) e de acordo com as normas técnicas específicas, a fim de manter os mesmos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus adicional para a contratante.

10.6. Os serviços de manutenção preventiva consistem nos procedimentos destinados a conservar os equipamentos em seu perfeito estado de funcionamento, evitando a ocorrência de falhas e aumentando a vida útil.

10.7. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a remover os defeitos apresentados pelos equipamentos, compreendendo a substituição de peças, ajustes, reparos e correções necessárias.

10.8. O início de atendimento e da resolução da garantia será a hora da comunicação feita pela contratante à Contratada;

10.9. A Contratada deverá solucionar o problema em no máximo 10 (dez) dias úteis, contados a partir do início do atendimento.

10.10. Reserva-se à contratante o direito de exigir, durante o período de garantia, em comunicação por escrito à Contratada, a substituição do equipamento defeituoso por outro novo e para primeiro uso, de marca e modelo iguais ou atualizados ao originalmente ofertado, o que deverá ocorrer no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da comunicação supracitada, no seguinte caso:

10.10.1. Se o equipamento apresentar defeito cinco vezes num prazo de 60 (sessenta) dias, descontado o tempo em que o equipamento esteve parado para as manutenções.

10.11. A Contratada deverá observar leis, regulamentos e posturas edilícias referentes ao serviço e à segurança do público, obedecer à melhor técnica vigente e enquadrar-se rigorosamente nos preceitos normativos da ABNT e nos dos fabricantes dos materiais empregados.

10.12. A Contratada assumirá toda e exclusiva responsabilidade pela qualidade e funcionamento dos itens fornecidos, não se admitindo que sejam atribuídos a técnicos ou a fabricantes os ônus de quaisquer problemas que porventura venham a ocorrer.

10.13. Caso haja necessidade do equipamento permanecer impossibilitado de trabalhar em virtude da pane ou defeito por mais de 15 (quinze) dias, a contratada deverá providenciar a substituição provisória/temporária dos componentes indisponíveis.

10.14. A contratada deverá prestar assistência técnica para todos os itens componentes do objeto (Torre de Iluminação Rebocável), pelo menos para as localidades de entrega, anexo D ao Edital de Pregão Eletrônico Nr 26/2013 – DEC, durante o período de garantia, atendendo assim às Organizações Militares do Exército Brasileiro que receberão os Equipamentos.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Na execução deste contrato a Contratada se obriga a emendar todo o empenho necessário ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados e, ainda, a:

11.1.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

11.1.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constante no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

11.1.3. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em língua portuguesa do Brasil e da rede de assistência técnica autorizadas;

11.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13, 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.1.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, os componentes do objeto com avarias ou defeitos;

11.1.6. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.1.7. Manter, durante todo o período de execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

11.1.8. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

12.1. O Contratante, durante a vigência deste contrato, compromete-se a:

12.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

12.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do material recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

12.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

12.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13. CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES SOBRE A CONTRATADA

13.1. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado às seguintes penalidades:

13.1.1. Advertência por escrito;

13.1.2. Multa de mora de 1% (um por cento) sobre o valor do contrato por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, após o qual será caracterizada a inexecução total do contrato;

13.1.3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;

13.1.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

13.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

13.2. A inexecução total ou parcial do contrato sujeitará o contratado às seguintes penalidades:

13.2.1. Advertência por escrito;

13.2.2. Em caso de inexecução parcial, multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por ocorrência, até o limite de 15% (quinze por cento);

13.2.3. Em caso de inexecução total, multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;

13.2.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

13.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

13.3. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União e, será descredenciado no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação de multa em percentual equivalente à multa prevista para inexecução total do contrato e das demais cominações legais.

13.4. As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que:

13.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.5. As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.

13.6. A multa será descontada da garantia do contrato e de pagamentos eventualmente devidos pela Administração.

14. CLÁUSULA DECIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO DA CONTRATADA

14.1. A Contratada declara, no ato de celebração deste contrato, estar plenamente habilitada à assunção dos encargos contratuais e assume o compromisso de manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

15. CLÁUSULA DECIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

15.1. A publicação resumida deste contrato na Imprensa Oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Contratante, nos termos do parágrafo único do artigo 61 da Lei n.º 8.666/93.

16. CLÁUSULA DECIMA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

16.1. Competem a ambas as partes, de comum acordo, salvo nas situações tratadas neste instrumento, na Lei n.º 8.666/93 e em outras disposições legais pertinentes, realizar, via termo aditivo, as alterações contratuais que julgarem convenientes.

17. CLÁUSULA DECIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO

17.1. Constituem motivos incondicionais para rescisão do contrato as situações previstas nos artigos 77 e 78, na forma do artigo 79, inclusive com as Consequências do artigo 80, da Lei n.º 8.666/93.

18. CLÁUSULA DECIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. A Administração do Contratante analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em motivos de caso fortuito ou de força maior.

Subcláusula primeira. Para os casos previstos no caput desta cláusula, o Contratante poderá atribuir a uma comissão, por este designada, a Responsabilidade de apurar os atos e fatos comissivos ou omissivos que se fundamentem naqueles motivos.

Subcláusula segunda. Os agentes públicos responderão, na forma da lei, por prejuízos que, em decorrência de ação ou omissão dolosa ou culposa, causarem à Administração no exercício de atividades

específicas do cumprimento deste contrato, inclusive nas Análises ou autorizações excepcionais constantes nestas disposições finais.

Subcláusula terceira. As exceções aqui referenciadas serão sempre tratadas com máxima cautela, zelo profissional, senso de responsabilidade e ponderação, para que ato de mera e excepcional concessão do Contratante, cujo objetivo final é o de atender tão somente ao interesse público, não seja interpretado como regra contratual.

Subcláusula quarta. Para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução deste contrato, a Contratada fica desde já compelida a avisar, por escrito e de imediato, qualquer alteração em seu endereço ou telefone.

Subcláusula quinta. No curso do contrato é admitida a fusão, cisão ou incorporação da empresa, bem assim sua alteração social, modificação da finalidade ou da estrutura, desde que não prejudique a execução do contrato, cabendo à Administração decidir pelo prosseguimento ou rescisão do contrato.

Subcláusula sexta. Quaisquer tolerâncias entre as partes não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas neste contrato, as quais permanecerão íntegras.

19. CLÁUSULA DECIMA NONA - DO FORO

19.1. Fica eleito o foro da cidade de Brasília, DF, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, por estarem ajustadas e acordadas, as partes assinam este termo em duas vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

Brasília, _____ de _____ de 201_.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHA 1

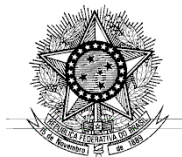
Nome:
CPF:

TESTEMUNHA 2

Nome:
CPF:

Brasília/DF, ____ de _____ de 201_.

MÁRIO PEDROZA DA SILVEIRA PINHEIRO - Cel
Ordenador de Despesas do DEC



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO
(Departamento Técnico e de Produção do Exército / 1946)
DEPARTAMENTO REAL CORPO DE ENGENHEIROS**

ANEXO D

QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DOS QUANTITATIVOS

Local, prazo de entrega e quantidades do item 01 para o Órgão Gerenciador e Participantes.

Nº Ord	Local de entrega	Endereço	Item 01	
			Quantidade	Prazo
01	1º Depósito de Suprimento	Telefone: (21) 3279-8303 E-mail: Endereço: Rua Doutor Garnier, 390 Bairro: Triagem Cidade: Rio de Janeiro/RJ CEP: 20.975-000	20 unidades	120 dias
02	22º Depósito de Suprimento	Telefone: (11) 4201-7574 E-mail: 22dsup@cmse.eb.mil.br Endereço: Av Municipal, Km 32 Bairro: Jardim Belval – Barueri Cidade: Osasco/SP CEP: 06.442-130	15 unidades	120 dias

03	3º Batalhão de Suprimento	Telefone: (51)3479-5162 E-mail: comsocial@3bsup.eb.mil.br Endereço: Estrada de Morretes, s/nº Bairro: Morretes Cidade: Nova Santa Rita/RS CEP: 92.480-000 Site:	15 unidades	120 dias
04	4º Depósito de Suprimento	4º Depósito de Suprimento Praça Presidente Antônio Carlos, nº 140 Centro - Juiz de Fora- MG PABX: (32) 3215-2033 Fax:(32) 3215-2353 Ramais:214COS	10 unidades	120 dias
05	5º Depósito de Suprimento	Telefone: (41)3304-6312 E-mail: s1@5bsup.eb.mil.br Endereço: Avenida Silva Jardim, 110 Bairro: Rebouças Cidade: Curitiba/PR CEP: 80.230-000	10 unidades	120 dias
06	6º Depósito de Suprimento	Telefone: (71) 3338-8100 E-mail: 6dsup@eb.mil.br Endereço: RUA GAMBOA DE CIMA S/N - FORTE DE SÃO PEDRO Bairro: CAMPO GRANDE Cidade: Salvador/BA CEP: 40.060-008 Site: http://www.6dsup.eb.mil.br	10 unidades	120 dias
07	7º Depósito de Suprimento	Telefone: (81) 3428-2151 E-mail: dsup7@yahoo.com.br Endereço: RUA GEN ESTILAC LEAL, 439 Bairro: CABANGA Cidade: Recife/PE CEP: 50.090- 000	15 unidades	120 dias
08	9º Batalhão de Suprimento	Telefone: (67) 3368-4231 E-mail: rpd9bsup@hotmail.com Endereço: RUA GEN NEPOMUCENO COSTA, 219 Bairro: VILA ALBA Cidade: Campo Grande /MS CEP: 79.100-010	20 unidades	120 dias
09	10º Depósito de Suprimento	Telefone: (85)3295-1412 E-mail: chefia.10dsup@52ct.eb.mil.br Endereço: Avenida Marechal	15 unidades	120 dias

		Bittencourt, 100 Bairro: Dias Macedo Cidade: Fortaleza/CE CEP: 60.860-540 Site: http://www.10dsup.eb.mil.br		
10	11º Depósito de Suprimento	Telefone: (61) 3415-7500 E-mail: comsoc@11dsup.eb.mil.br Endereço: Av Duque de Caxias s/n Bairro: S M U Cidade: Brasília/DF CEP: 70.630-000 Site: http://www.11dsup.eb.mil.br	15 unidades	120 dias
11	12º Batalhão de Suprimento	Telefone: (92)4009-2331 E-mail: seccmsoc12bsup@gmail.com Endereço: AV MARECHAL BITTENCOURT, 55 Bairro: SANTO ANTONIO Cidade: Manaus/AM CEP: 69.029-290 Site:	05 unidades	120 dias
12	4º Batalhão de Engenharia de Combate	Telefone: (35) 3622-3495 E-mail: salc4.eb@gmail.com Endereço: Praça Duque de Caxias, s/nº. Bairro: Varginha Cidade: Itajubá/MG CEP: 37.501-900	04 unidades	120 dias
13	6º Batalhão de Engenharia de Combate	Telefone: (55) 3232-5530 / 3232-5010 – Ramal: 210 E-mail: Endereço: Rua João Manoel, 1.261 – Centro Cidade: São Gabriel/RS CEP: 97.300-000	20 unidades	120 dias
14	3ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada/RS	Telefone: (53) 3243-2857 E-mail: Endereço: Rua General Antônio Gonzaga Freire, s/nº Bairro: Getúlio Vargas Cidade: Dom Pedrito/RS CEP: 96.450-000	10 unidades	120 dias
15	1º Batalhão de Engenharia de Combate/RJ	Telefone: (21) 3365-5217 E-mail: suprimentobese@hotmail.com Endereço: Praça Ruão, nº 35, Cidade: Santa Cruz/RJ CEP: 23.570-200	10 unidades	120 dias

16	5º Batalhão de Engenharia de Combate	Telefone: (42) 3522-1693 E-mail: Endereço: Av.: Expedicionário Edmundo Arrabar, nº 2338 Bairro: Santa Rosa Cidade: Porto União/SC CEP: 89.400-000	10 unidades	120 dias

ANEXO E

(PAPEL TIMBRADO)

PROPOSTA DE PREÇOS

Brasília-DF, ____ de ____ de 201__

Referência: Edital do Pregão Nr XX/2013– DEC

SR. PREGOEIRO,

A Empresa _____ sediada à (rua, bairro, cidade, telefone, etc), ____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, neste ato representada por _____, abaixo assinada, propõe ao **DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO – DEC**, o fornecimento dos materiais abaixo indicado(s), conforme **Termo de Referência do Edital em epígrafe, nas seguintes condições:**

Preços:

Item	Especificação	Unid	Qtd	Marca	Preço Unit	Preço Total
1	Descrição do item de acordo com edital	XX	XX	XX	XX	XX

Valor total da proposta R\$ ____ (____) em algarismos e por extenso.

- Nos preços acima estão incluídos todos os insumos que compõem o objeto, inclusive as despesas com impostos, taxas, frete, seguros, garantia estendida e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos materiais;

- Prazo de entrega dos materiais: deverá ser conforme o Anexo D ao Edital (Quadro de Distribuição das Quantidades);
- Garantia de fábrica;
- Garantia estendida (quando houver);
- A entrega dos materiais será feita no local determinado pelo Departamento de Engenharia e Construção DEC, sem nenhum ônus para essa Organização Militar;
- Prazo de validade da proposta: (deverá ser no mínimo de 90 dias);
- Dados bancários: (informar banco, agência e conta-corrente);
- Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Nome , Cargo e Identidade do Representante da Empresa

ANEXO F

(PAPEL TIMBRADO)

MODELO DE ATESTADO DE BOA E REGULAR EXECUÇÃO DO OBJETO

(CAPACIDADE TÉCNICA)

Referência: Edital do Pregão Nr XX/20__– DEC

Nos termos do inciso II do art 30 da Lei 8.666/93, **ATESTO** que a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nr _____, situada à _____, **entregou o _____(objeto)_____**, _____**(quantidades), cumprindo fielmente as condições contratuais e as exigências técnicas de adequação e qualidade.**

Local e data

Nome - Cargo - Idt Nr
ÓRGÃO EMISSOR